

Relatório e Contas

## **IMGA Ações Portugal**

Fundo de Investimento Aberto de Ações

**i m** gestão de ativos  
sgoic

# 2025

# Índice

<b>Relatório de Gestão</b>	3
Nota Introdutória	4
Síntese da Evolução dos Mercados	5
Principais Eventos	8
Desempenho Fundos de Ações	12
Informação relativa à Gestão do Fundo	13
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade	15
Eventos Subsequentes	16
Notas Informativas	19
<b>Balanço</b>	31
<b>Demonstração de Resultados</b>	34
<b>Demonstração de Fluxos de Caixa</b>	36
<b>Anexo às Demonstrações Financeiras</b>	38
<b>Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia</b>	52
<b>Relatório de Auditoria</b>	65



i m | g | a |

## Relatório de Gestão

## Relatório de Gestão

### Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

### Balanço

### Demonstração de Resultados

### Demonstração de Fluxos de Caixa

### Anexo às Demonstrações Financeiras

### Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

### Relatório de Auditoria

Nota Introdutória

O fundo foi constituído em 20 de julho de 1995 como Fundo de Investimento de Ações Aberto.

Em 23 de outubro de 2000 foi realizada a fusão por incorporação dos Fundos Novo Fundo Capital, Atlântico Ações, Fipor Poupança Investimento, Europa Portugal Ações e Mello Ações Portugal no Fundo BCP Ações, que nessa data alterou a sua denominação para AF Ações Portugal.

Em 31 de março de 2005 a sua denominação foi alterada para Millennium Ações Portugal.

Em 16 de novembro de 2015 passou a denominar-se IMGGA Ações Portugal, em linha com a alteração da denominação de todos os fundos geridos pela IMGGA, na sequência da aquisição da Millennium Gestão de Ativos ao Millennium bcp.

A partir de 28 de novembro de 2019 passou a estar disponível para comercialização a Categoria I de Unidades de Participação deste fundo, a qual, no entanto, não foi ainda constituída.

A Categoria R de Unidades de Participação deste fundo constituiu-se em 19 de março de 2021.

A Categoria P de Unidades de Participação deste fundo constituiu-se em 29 de maio de 2024.

**Relatório de Gestão**

Nota Introdutória

**Síntese da Evolução dos Mercados**

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

**Balanço**

**Demonstração de Resultados**

**Demonstração de Fluxos de Caixa**

**Anexo às Demonstrações Financeiras**

**Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia**

**Relatório de Auditoria**

Síntese da Evolução dos Mercados

A combinação de fundamentais económicos sólidos, com o desempenho económico mais favorável do que o esperado e as políticas orçamental e monetária mais expansionistas permitiu desempenhos favoráveis das principais classes de ativos em 2025. No entanto, a simples observação do perfil anual de valorização oculta as vagas de volatilidade intra-anual.

Depois de os ativos de risco iniciarem o ano com fortes ganhos, a criação de emprego de dez-24 (a melhor leitura em 9 meses) justificou a subida das taxas de juro dos EUA para máximos do ano, com base na perceção de resiliência económica e da possível postura mais expectante da Fed. Ainda em janeiro, a apresentação do modelo de inteligência artificial da Deepseek justificou a primeira vaga de volatilidade nos mercados financeiros de 2025 – associada à qualidade de resposta do modelo, com uma fração dos custos, comparativamente aos modelos dominantes até então – particularmente no segmento tecnológico.

Também as políticas da Administração Trump contribuíram para agitar os mercados financeiros praticamente desde o dia da inauguração, ao surpreender o mundo com a prossecução de uma política externa agressiva, assente na imposição de tarifas aduaneiras sobre alguns dos seus principais parceiros comerciais, incluindo o México, o Canadá e a China.

Ainda no decorrer do 1º trimestre de 2025, a esperança num cessar-fogo na Ucrânia e a perceção de menor suporte dos EUA nessa guerra galvanizou o setor de defesa europeu, com base no reforço dos compromissos de gastos nesse segmento na região. Os ganhos nas ações europeias e principalmente a trajetória ascendente das taxas de juro da região saíram reforçados pelo resultado das eleições na Alemanha e pela subsequente flexibilização do “travão da dívida”, que acomodou um aumento substancial dos gastos em defesa e um programa de €500 mil milhões de investimento em infraestruturas neste país. Este tema esteve mesmo na origem da maior subida diária da taxa de juro germânica desde 1990 (+30pb).

O segundo trimestre iniciou-se com o principal pico de volatilidade nos mercados financeiros em 2025, no denominado “*liberation day*” (2 de abril), em que Donald Trump anunciou tarifas “recíprocas” sobre a quase totalidade dos parceiros comerciais dos EUA. As tarifas aduaneiras anunciadas foram significativamente superiores ao esperado (entre 10% e 50%), incluindo 20% sobre os bens da UE, 24% sobre o Japão e de 34% sobre a China.

De imediato, assistiu-se a correções históricas dos ativos de risco, em particular dos mercados acionistas, com base na incorporação de riscos significativos de recessão.

A retaliação da China e a subsequente escalada de tarifas até um pico de 145% sobre a China e 125% pela China sobre os bens dos EUA, juntamente com a retórica agressiva de Trump relativamente à atuação da Fed, (que incluiu ameaças de despedimento de Powell), alimentaram perdas subsequentes nas sessões seguintes. Os mercados financeiros viriam a estabilizar com o anúncio de um período de suspensão das tarifas “recíprocas” a 9 de abril, no qual seriam impostos encargos aduaneiros de “apenas” 10% durante um período de 90 dias. Trump tranquilizou ainda os investidores ao revelar que não planeava demitir Powell. A 12 de abril seguiu-se um acordo preliminar com a China, que reduziu drasticamente as tarifas impostas por ambas as partes.

Apesar dos desenvolvimentos relacionados com as tarifas aduaneiras não terem ficado por aqui, com outros anúncios de tarifas setoriais e ameaças de novas escaladas de tarifas, a sequência de eventos descrita marcou um ponto de viragem, com uma perceção progressivamente menos negativa pelos investidores. Nos meses que se seguiram, foram alcançados múltiplos acordos comerciais de natureza bilateral, incluindo com o Reino Unido, a União Europeia, a Coreia do Sul e o Japão, entre outros.

O entusiasmo dos investidores em torno do tema da inteligência artificial viria a estar entre os temas dominantes entre o terceiro e o quarto trimestres do ano, a par dos impulsos da política orçamental nos EUA (aprovação da “*One Big Beautiful Bill*” no Congresso), da política monetária (cortes de 75pb taxas diretoras da Fed) e até da eleição de Sanae Takaichi como nova líder e Primeira-Ministra do Japão, que implementaria pouco depois um pacote significativo de estímulos orçamentais.

Como descrito, as *yields* do segmento de dívida governamental sofreram flutuações significativas no decorrer do ano, com a deterioração do mercado laboral nos EUA e os cortes de taxas diretoras pela Fed (e as compras de ativos anunciadas na última reunião do ano) a contribuírem para quedas das *yields* norte-americanas, de maior proporção nas maturidades mais curtas (-77pb na maturidade a 2 anos) comparativamente ao prazo a 10 anos (-40pb). Já na Europa, apesar dos cortes de

100pb das taxas diretoras do BCE, a perceção de aumento significativo das necessidades de emissão de dívida e as perspetivas económicas mais construtivas no médio-prazo resultaram num acréscimo de 49pb da *yield* alemã no prazo a 10 anos, exclusivamente explicado pela subida da taxa real.

As variações anuais das *yields* dos restantes emitentes soberanos europeus foram diferenciadas. O destaque pela negativa foi, uma vez mais, a França – com uma subida de 37 pontos base e respetivo alargamento do *spread* contra a taxa alemã a 10 anos – fruto do clima de instabilidade política e da reduzida capacidade de inversão da trajetória orçamental. A Itália posicionou-se no lado oposto, com uma subida absoluta de *yield* de 3 pb em 2025, correspondente a um estreitamento de 46 pontos base do *spread* contra a taxa alemã a 10 anos. Portugal, Espanha e Grécia situaram-se entre ambos os extremos, com subidas menos expressivas de *yield* e respetivos

estreitamentos de *spread* face à Alemanha 19pb, 26pb e 26pb, respetivamente.

O crescimento dos lucros empresariais, os níveis diminutos de incumprimentos, os fatores técnicos favoráveis e o ambiente de apetite pelo risco contribuíram para mais um ano de estreitamentos dos *spreads* de crédito, quer no segmento de melhor qualidade creditícia (-23pb) quer na dívida *high yield* (-44pb) europeia, que juntamente com os ganhos possibilitados pela componente de *carry* originaram valorizações totais de 3,0% e de 5,3%, respetivamente. O índice de dívida subordinada do setor bancário europeu voltou a destacar-se, com uma valorização anual de 8,7%.

Os índices de dívida empresarial dos EUA estiveram igualmente positivos em 2024, com estreitamentos de *spread* de 2pb e 21pb da dívida empresarial *investment grade* e *high yield*, que possibilitaram valorizações anuais de 5,5% e de 8,6%, respetivamente, em moeda local.

O universo de dívida de mercados emergentes esteve entre os mais bem-sucedidos no segmento de rendimento fixo em 2025, com valorizações significativas quer no segmento de dívida governamental quer na dívida empresarial. Estas decorreram quer dos estreitamentos de *spread* quer dos ganhos de *carry* e culminaram em valorizações de 13,7% e de 8,4%, respetivamente.

O segmento de dívida de mercados emergentes em moeda local somou mesmo a maior valorização no último ano, com ganhos superiores a 18% em 2025, contando com o contributo positivo da apreciação do cabaz de divisas que compõe o índice.

Como descrito, não obstante os desenvolvimentos geopolíticos, os principais ativos de risco somaram valorizações em 2025. A classe acionista esteve em plano de destaque, ao somar apreciações generalizadas e em alguns casos historicamente expressivas.

Nos EUA, os títulos com maior associação à temática de inteligência artificial estiveram novamente em evidência, o que se refletiu nas valorizações expressivas dos setores tecnológico e de serviços de comunicação – que impulsionaram uma vez mais o índice de tecnológicas NASDAQ (+21,1% de retorno absoluto, em moeda local). Ainda assim, o perfil de valorização foi significativamente abrangente em 2025, com apenas o setor imobiliário a entregar perdas em 2025.

O S&P500 valorizou 17,9% em 2025, garantiu o 6º ano de ganhos nos últimos sete, e encerrou o ano próximo de máximos históricos, impulsionado quase em exclusivo pelo maior crescimento dos resultados empresariais, em oposição à expansão apenas marginal dos múltiplos.

Os índices europeus contrariaram o padrão recente e somaram valorizações superiores aos norte-americanos, embora os ganhos neste caso tenham sido maioritariamente decorrentes da incorporação de expectativas

de crescimento futuro (expansão de múltiplos) – o crescimento dos resultados fez-se sentir apenas nas financeiras, nas industriais e nas empresas de *utilities*, que coincidiram com os setores mais bem-sucedidos no ano (valorizações de 41%, 23% e de 29%, respetivamente).

O perfil de rendibilidades numa perspetiva geográfica foi globalmente positivo, embora particularmente favorável à periferia, com as praças espanhola (IBEX), grega (ASE), italiana (FTSE MIB) e portuguesa (PSI20) a valorizarem 53,5%, 48,3%, 38,4% e 34,8% no ano, respetivamente. Os índices francês (CAC 40) e holandês (AEX) estiveram entre os menos proeminentes, com valorizações de 15,9% e de 10,4%.

Nas restantes regiões, a praça acionista que mais se destacou foi a sul coreana, com ganhos anuais de praticamente 79%, impulsionados pelos setores de equipamento de transporte, de maquinaria, e de construção. Entre os demais, nota para as valorizações igualmente expressivas das

praças brasileira (Bovespa +34%), da China (A-shares +28%) e do Japão (Nikkei +28,6%).

Em termos agregados, o índice MSCI World valorizou cerca de 21,1% em 2025.

O comportamento do cabaz de matérias-primas não foi menos notável, embora marcado pela habitual disparidade entre os diferentes segmentos. Nota para os ganhos assinaláveis dos metais preciosos, particularmente a prata (+148%), a platina (+127%) e o ouro (+65%), acompanhados pelo paládio (+78%). Entre os metais industriais, nota de destaque para o cobre (+36,5%) e para o alumínio (+16%). No lado oposto, estiveram as desvalorizações no complexo energético (perdas de 15% do gás natural e de 14,4% do Brent).

A trajetória orçamental nos EUA e das respetivas taxa de juro, aliada às implicações das políticas da administração Trump e aos riscos de perda de credibilidade/independência do banco central contribuíram para a perceção de

remissão do excecionalismo dos EUA e respetiva depreciação de 9,4% do dólar dos EUA contra os seus principais parceiros comerciais em 2025. O euro esteve entre as moedas mais beneficiadas, com uma apreciação de 13,4% contra o dólar, o que correspondeu ao maior ganho anual desde 2003. O dólar depreciou mesmo contra todas as divisas do G10 e contra o cabaz de moedas de economias emergentes (-8,8%).

**Relatório de Gestão**

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

**Principais Eventos**

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

**Balanço**

**Demonstração de Resultados**

**Demonstração de Fluxos de Caixa**

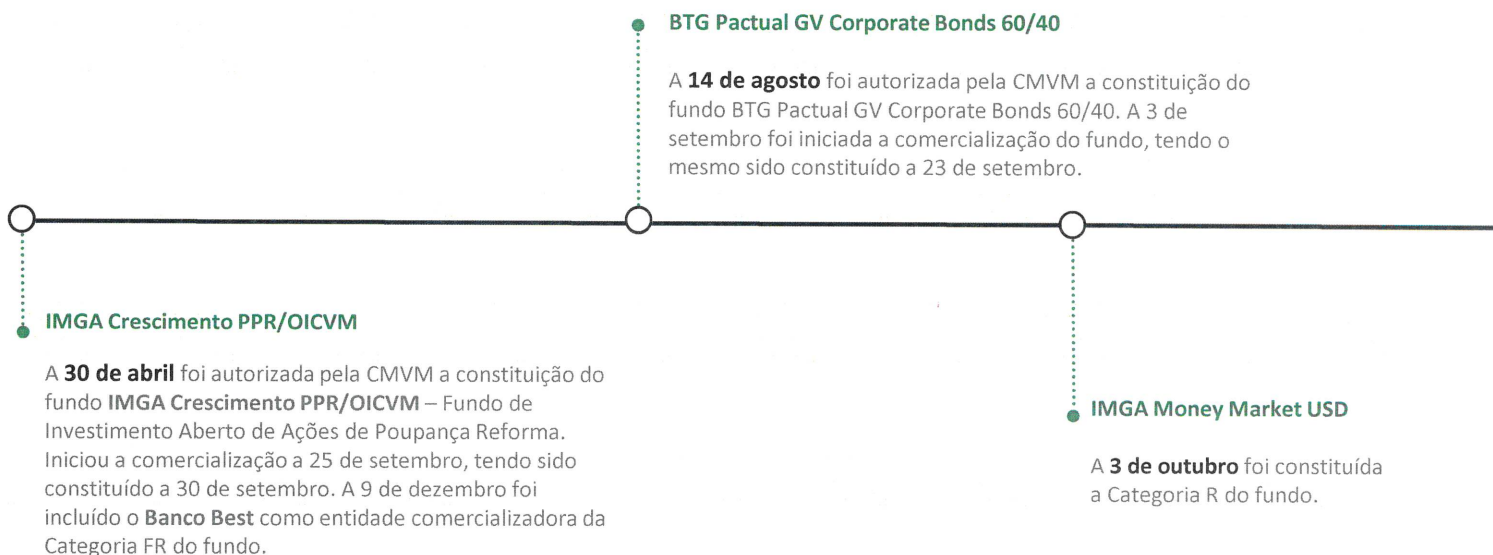
**Anexo às Demonstrações Financeiras**

**Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia**

**Relatório de Auditoria**

Principais Eventos

**Novos Fundos/Categorias:**



● **IMGA GV Portuguese Corporate Debt e IMGA GV Portuguese Equities**

A **9 de outubro** foi autorizada a constituição de dois fundos – o IMGA GV Portuguese Corporate Debt e o IMGA GV Portuguese Equities, tendo os mesmos iniciado a comercialização a 28 de outubro. O fundo IMGA GV Portuguese Equities constituiu-se no dia 23 de dezembro.

● **Silver Domus – Vida Sénior, Fundo de Capital de Risco Fechado**

A **14 de outubro** iniciou atividade o fundo Silver Domus – Vida Sénior, Fundo de Capital de Risco Fechado (Categoria R).

**Fusões/Liquidações de fundos**

● Foi liquidado, a **31 de dezembro de 2025**, o fundo “Bison China Flexible Bond Fund – Fundo de Investimento Mobiliário Alternativo Flexível Aberto.

**Novas entidades comercializadoras**

● A **11 de abril** foi incluído o Banco Bic Português como entidade comercializadora da Categoria A do fundo IMGA Money Market Eur.

### Atualizações/alterações dos documentos constitutivos dos fundos geridos pela sociedade

A **18 de fevereiro** foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos documentos constitutivos de toda a oferta de fundos de investimento mobiliário da IMGA.

A **14 de maio** foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2024.

A **24 de novembro**, no âmbito do processo de integração do Banco BIC Português S.A. no Grupo ABANCA, foram alterados os documentos constitutivos dos fundos comercializados nesse Banco.

A **22 de dezembro** foram alterados os documentos constitutivos do fundo IMGA Money Market, na sequência da alteração da comissão de gestão da Categoria I desse fundo.

**Publicação dos relatórios e contas dos fundos geridos pela sociedade**

A **30 de abril** foram publicados, no sítio da CMVM, os Relatórios e Contas anuais dos fundos IMGA.

A **29 de agosto** foram publicados, no sítio da CMVM, os Relatórios e Contas semestrais dos fundos IMGA.

**Informações relacionadas com a sustentabilidade**

A **30 de junho** foi atualizada, com referência ao ano de 2024, a “Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade”, disponível no site da IMGA.

## Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

### Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

### Balanço

### Demonstração de Resultados

### Demonstração de Fluxos de Caixa

### Anexo às Demonstrações Financeiras

### Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

### Relatório de Auditoria

Desempenho Fundos de Ações

Os mercados acionistas registaram uma evolução globalmente positiva em 2025, embora com comportamentos diferenciados entre regiões.

Nos EUA, os principais índices bolsistas mantiveram uma trajetória favorável ao longo do ano, sustentados pela resiliência dos resultados empresariais e pela expectativa de início de um ciclo de descida de taxas, apesar de maior volatilidade em alguns momentos.

Na Europa, os mercados acionistas beneficiaram sobretudo do processo de desinflação e da redução das taxas de juro pelo BCE, com desempenhos

particularmente fortes em mercados periféricos, enquanto os principais índices do centro da Europa apresentaram ganhos mais moderados. Em contraste, os mercados emergentes evidenciaram uma evolução mais desigual, refletindo diferenças de crescimento económico, condições financeiras e exposição cambial. Este contexto traduziu-se num ano de rendibilidades positivas, mas heterogéneas, com maior dispersão entre geografias e estilos de investimento.

Os fundos de ações da IMGA registaram desempenhos diferenciados entre geografias e estilos. Nesta tipologia, as rendibilidades anualizadas a 1 ano variaram

entre 1,3% (IMGA Ações América) e 32,7% (IMGA Ações Portugal), com o IMGA European Equities a registar 16,3% e o IMGA Global Equities Selection 6,8%. A volatilidade manteve-se em níveis típicos desta classe de ativos, entre 12,6% e 17,3%.

As subscrições líquidas totalizaram aproximadamente €47,4M, com destaque para o IMGA Ações Portugal (€78,6M), parcialmente compensado por saídas no IMGA European Equities (€20,7M) e no IMGA Ações América (€13,2M); o IMGA Global Equities Selection registou aproximadamente €2,3M de subscrições líquidas.

FUNDOS DE AÇÕES	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT A	32,70%	12,58%	5	16,34%	12,49%	5	14,93%	13,67%	5
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT R	32,68%	12,58%	5	16,34%	12,49%	5	14,92% (*)	13,66%	5
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT P	32,65%	12,57%	5	16,33% (*)	12,49% (*)	5 (*)	14,93% (*)	13,67% (*)	5 (*)
IMGA EUROPEAN EQUITIES CAT A	16,27%	13,56%	5	11,97%	12,61%	5	9,08%	13,63%	5
IMGA EUROPEAN EQUITIES CAT R	16,29%	13,57%	5	11,99%	12,65%	5	9,08% (*)	13,67%	5
IMGA EUROPEAN EQUITIES CAT I	17,85%	13,55%	5	13,42%	12,60%	5	10,47% (*)	13,62%	5
IMGA AÇÕES AMÉRICA CAT A	1,32%	17,27%	6	17,03%	14,02%	5	12,92%	15,09%	6
IMGA AÇÕES AMÉRICA CAT R	1,30%	17,28%	6	17,01%	14,03%	5	12,89% (*)	15,10%	6
IMGA AÇÕES AMÉRICA CAT I	2,56%	17,24%	6	18,44%	14,00%	5	14,27% (*)	15,08%	6
IMGA GLOBAL EQUITIES SELECTION CAT A	6,83%	16,71%	6	14,90%	13,56%	5	11,62%	14,10%	5
IMGA GLOBAL EQUITIES SELECTION CAT R	6,83%	16,71%	6	14,91%	13,56%	5	11,63% (*)	14,11%	5

(\*) considera cotações calculadas com base no desempenho da Categoria A.

Data de referência: 31 de dezembro de 2025

O IMGA GV Portuguese Equities foi constituído a 23 de dezembro de 2025, pelo que não aparece representado no quadro.

**Relatório de Gestão**

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

**Informação relativa à Gestão do Fundo**

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

**Balanço**

**Demonstração de Resultados**

**Demonstração de Fluxos de Caixa**

**Anexo às Demonstrações Financeiras**

**Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia**

**Relatório de Auditoria**

Informação relativa à Gestão do Fundo

O ano de 2025 continuou a tendência de ganhos para os mercados acionistas globais que se tem verificado desde 2022. No entanto, foi um ano de fortes contrastes.

O primeiro semestre foi marcado por forte volatilidade, que resultou da política protecionista imposta unilateralmente pela Administração Trump. O índice MSCI World desvalorizou 19% entre meados de fevereiro e dia 7 de abril. Após esta reação de forte reprovação por parte dos mercados acionistas às medidas alfandegárias mais gravosas anunciadas pela Administração Trump, houve alguma flexibilidade por parte das autoridades para amenizar as medidas mais onerosas que foram anunciadas. O estabelecimento de acordos com a maioria dos principais parceiros comerciais acalmou os ânimos dos investidores a partir desse fatídico dia.

O mercado europeu foi dos que menos sofreu com as decisões tomadas pela Administração Trump. Embora o índice MSCI Europe tenha desvalorizado 18% desde o máximo atingido no início de março e meados de abril, a recuperação foi vertiginosa, devido a vários fatores endógenos da região.

O Banco Central Europeu começou mais uma ronda de cortes da taxa de juro em janeiro e continuou essa dinâmica até junho, reduzindo a principal taxa de operações de

refinanciamento em 100bp, em contraste com a Reserva Federal norte-americana que só começou a cortar taxas em setembro. A guerra da Ucrânia impulsionou o setor de defesa, que colmatou alguma fragilidade noutros setores de cariz industrial, como o automóvel. Os setores de cariz financeiro com destaque para a banca foram coletivamente as estrelas do ano, beneficiando numa curva de taxas de juro fortemente inclinada.

Na Europa houve grandes discrepâncias de performance entre os vários mercados nacionais. As estrelas foram os mercados do Sul da Europa, com Espanha, Itália e Portugal a valorizarem 55,3%, 38,1% e 35,5% respetivamente. A sua composição setorial, com maior exposição aos setores de cariz financeiro e em setores defensivos com valorizações razoáveis foram determinantes.

Os mercados nórdicos foram os que piores performances registaram, valorizando somente 7,4%, em euros. A forte desvalorização da Novo Nordisk – empresa farmacêutica com maior preponderância no índice regional – foi responsável por grande parte desta mais fraca performance dos seus pares regionais.

O mercado francês foi outro que ficou aquém da performance do resto do continente. A turbulência política vivida no país, após as eleições legislativas não terem

dado maioria a nenhuma força política, tem causado cada vez maior consternação nos investidores. A não aprovação dum orçamento para 2026 é o sinal mais preocupante do impasse político que assola o país.

Na Alemanha, o programa de estímulos orçamentais potenciou o mercado local, que obteve uma valorização de 23%. Os segmentos de defesa e de energia renovável foram claros líderes, colmatando a performance de algumas empresas como Adidas e SAP.

A praça nacional voltou a beneficiar da forte valorização por parte do BCP. A Sonae, que durante anos pouco valorizou, registou a sua melhor performance anual em décadas, valorizando 85%. A Mota Engil também registou uma forte valorização de 75%, impulsionada por novas obras, tanto a nível doméstico, como fora de portas. O setor de materiais foi o grande perdedor do ano.

Tanto a Corticeira Amorim como a fileira de pasta e papel, não conseguiram ultrapassar a fraca dinâmica de procura e de preços que assola os seus respetivos segmentos de negócio.



O fundo IMGA Ações Portugal obteve uma performance positiva, tendo a sua exposição a Mota Engil sido o principal motor dos ganhos. A subponderação em Navigator também foi outro contributo decisivo entre os títulos nacionais.

Entre as ações não portuguesas, destaque para a boa performance por parte de Commerzbank e Unicredit. Do lado inverso, a alínea mais penalizadora foi a sobreponderação em Altri. O setor de pasta e papel continua assolado numa espiral de baixos preços e procura estagnada a nível mundial.

O Fundo manterá a sua postura atenta, procurando, a todo o momento, selecionar os emittentes nacionais com maior potencial de valorização, fazendo uma análise ativa e dinâmica do respetivo binómio risco-retorno.

No ano de 2025, o fundo IMGA Ações Portugal apresentou uma rentabilidade de 32,7% no ano nas categorias A, R e I.

O valor líquido global situou-se em €418,1M, representando um crescimento de 67% face aos €250,5M registados no final de 2024. As vendas líquidas foram positivas em €78,6M, com subscrições de €91,1M e resgates de €12,5M.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.



**Relatório de Gestão**

- Nota Introdutória
- Síntese da Evolução dos Mercados
- Principais Eventos
- Desempenho Fundos de Ações
- Informação relativa à Gestão do Fundo

**Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade**

- Eventos Subsequentes
- Notas Informativas

**Balanço**

**Demonstração de Resultados**

**Demonstração de Fluxos de Caixa**

**Anexo às Demonstrações Financeiras**

**Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia**

**Relatório de Auditoria**

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, de seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2025			
Órgãos de Gestão e Fiscalização	Rendimento Fixo	Rendimento Variável	Número A 31/12/2025
<b>Comissão Executiva</b>			
Presidente e Administradores	314.327	248.353	3
Administradores independentes	43.500	0	1
<b>Conselho fiscal</b>			
Presidente e vogais	50.705	0	4
Colaboradores	Rendimento fixo	Rendimento variável	Número A 31/12/2025
Colaboradores	2.460.859	451.169	50

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €11.808 pelos serviços durante o ano de 2025.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor

externo para a verificação das contas da Sociedade, a quem foram pagos €32.595 pelos serviços prestados nesse âmbito. Em 2025 foram pagos €2.945 relativamente a indemnizações por cessação de contrato de trabalho. As remunerações e benefícios foram calculados e atribuídos de acordo com o definido na Política de Remunerações em vigor, cuja síntese está disponível no site da Sociedade.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de

Remunerações, o Conselho Fiscal produz um Relatório anual sobre a Política de Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do ano anterior. Relativamente a 2025, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados.

Em 2025 não foram introduzidas alterações à Política de Remunerações.

## Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

## Eventos Subsequentes

Notas Informativas

## Balanço

## Demonstração de Resultados

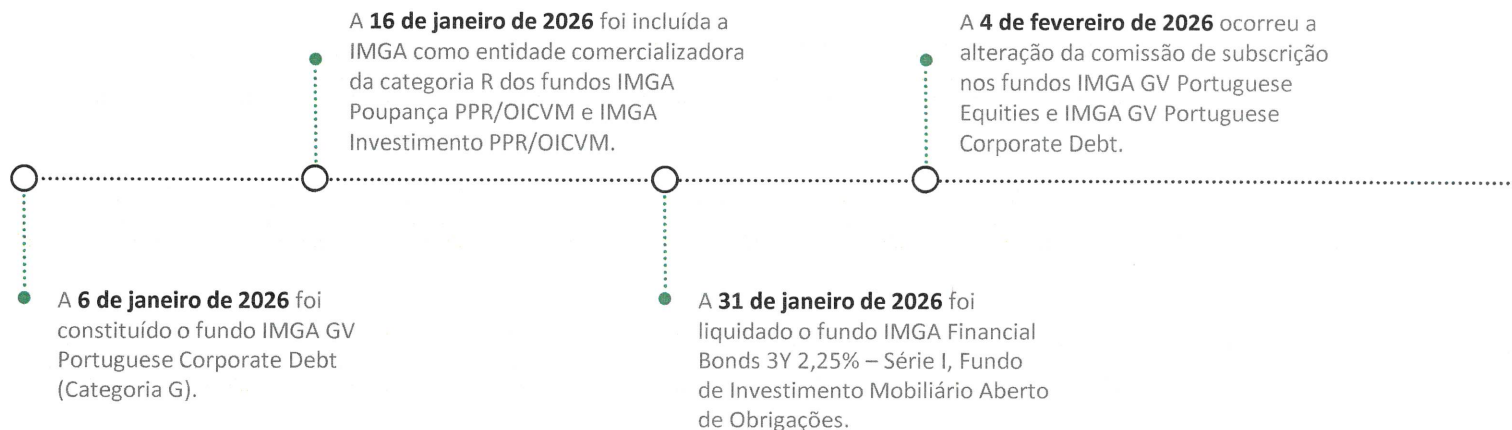
## Demonstração de Fluxos de Caixa

## Anexo às Demonstrações Financeiras

## Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

## Relatório de Auditoria

Eventos Subsequentes



A **11 de fevereiro de 2026**, a Plural Markets passou a ser o novo comercializador dos seguintes fundos:

- IMGA Ações Portugal
- IMGA Portuguese Corporate Debt
- IMGA Money Market
- IMGA Liquidez
- IMGA Euro Taxa Variável
- IMGA GV Portuguese Corporate Debt
- IMGA GV Portuguese Equities
- IMGA European Equities
- IMGA Global Equities Selection
- IMGA Poupança PPR/OICVM
- IMGA Investimento PPR/OICVM
- IMGA Crescimento PPR/OICVM

A **12 de fevereiro de 2026** foi constituída a categoria D do fundo BTG Pactual GV Corporate Bonds 60/40.

A **19 de fevereiro de 2026**, foi constituída a Categoria R no fundo IMGA Rendimento Mais.

A **23 de março de 2026**, foi constituída a Categoria I para o fundo IMGA Money Market USD.

À data de conclusão deste relatório, em face das atuais circunstâncias, o Conselho de Administração continua a acompanhar atentamente o desenrolar da atual situação de conflito no Médio Oriente e as possíveis repercussões que poderá vir a ter na economia a nível mundial e nacional, que, nesta data, continuam a não ser possíveis de antecipar com fiabilidade.



## Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

## Notas Informativas

### Balanço

### Demonstração de Resultados

### Demonstração de Fluxos de Caixa

### Anexo às Demonstrações Financeiras

### Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

### Relatório de Auditoria

Notas Informativas

## IMGA Ações Portugal - Fundo de Investimento Aberto de Ações

### Elementos Identificativos

**Tipo de Fundo:**

Fundo de Investimento Aberto de Ações

**Data de Constituição:**

20 de julho de 1995

**Sociedade Gestora:**

IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

**Banco Depositário:**

Banco Comercial Português, S.A.

**Valor da Carteira:**

(31 de dezembro de 2025)

418 141 802 Euros

## EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
<b>IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT A</b>										
Rendibilidade	-11,1%	23,1%	-12,4%	14,1%	-13,3%	21,6%	4,4%	15,0%	3,5%	32,7%
Risco (nível)	6	5	5	5	7	5	6	5	5	5
<b>IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT R</b>										
Rendibilidade	-	-	-	-	-	-	4,4%	15,0%	3,5%	32,7%
Risco (nível)	-	-	-	-	-	-	6	5	5	5
<b>IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT P</b>										
Rendibilidade	-	-	-	-	-	-	-	-	3,5%	32,7%
Risco (nível)	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura e só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

O nível de risco do fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

## POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O fundo procura proporcionar aos participantes um nível de rentabilidade a longo prazo que integre um prémio sobre os instrumentos de mercado monetário e que reflita aproximadamente a rentabilidade agregada do mercado acionista nacional.

Para a realização desta política, o fundo investe os seus capitais, direta ou indiretamente (designadamente através de certificados), em ações de empresas nacionais, podendo também investir até um máximo de 10% do seu valor líquido global em ações de empresas da Zona Euro, cotadas nos mercados regulamentados dos países da União Europeia e de alguns países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). O fundo deve deter, em permanência, um mínimo de 85% do seu património investido em ações.

O fundo está exposto a risco cambial, através do investimento em mercados externos à zona Euro, num valor máximo de 10% do valor líquido global do fundo.

O fundo não pode investir mais de 10% em unidades de participação de organismos de investimento coletivo.

Para a gestão da liquidez necessária, o fundo pode ainda ser acessoriamente constituído por numerário, depósitos bancários, aplicações nos mercados interbancários, certificados de depósito, títulos de dívida pública e obrigações de qualquer tipo na medida adequada para fazer face ao movimento normal de resgate das unidades de participação e a uma gestão eficiente do fundo, tendo em conta a sua política de investimentos.

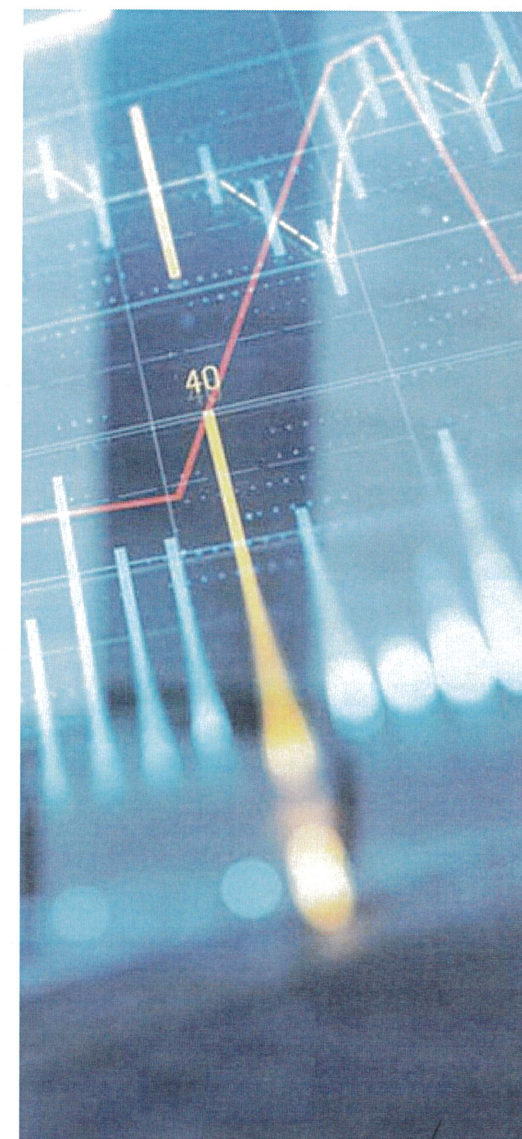
O fundo pode adquirir unidades de participação de fundos com idêntica regulamentação ou partes de outros organismos de investimento coletivo, nos termos legais.

A estratégia de investimento do fundo segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência. Os ativos são selecionados com base em critérios de crescimento e valorização, considerando os resultados financeiros das empresas, setor de atividade, posicionamento no mercado,

qualidade de gestão, entre outros, e abstando-se de investir em setores controversos, privilegiando empresas que adotam as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente, no universo de investimento.

O fundo não segue uma alocação setorial fixa, procurando a combinação de exposição que em cada momento se revele mais apelativa face à informação relevante das empresas que constituem o seu universo de investimento e ao enquadramento de mercado.

A Sociedade Gestora considera os seguintes setores como controversos: Jogo, Armas Controversas, Tabaco e Carvão Térmico ou empresas cuja maioria das receitas seja proveniente destas atividades.

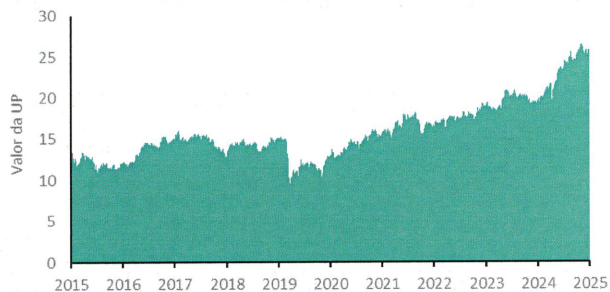


## EVOLUÇÃO DO FUNDO

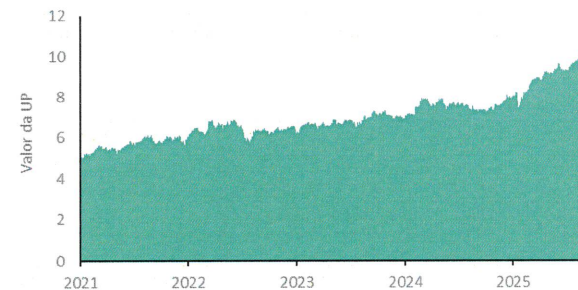
As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

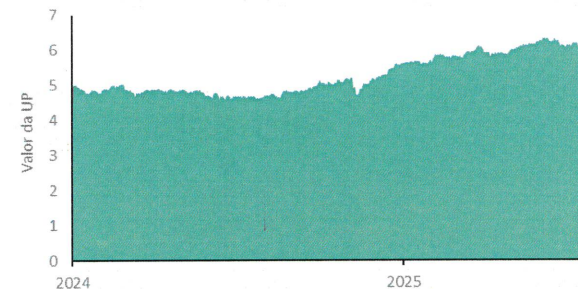
Categoria A



Categoria R



Categoria P



**EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP**

	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2025
<b>IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT A</b>					
Nº. UP's em circulação	5 481 620,8427	6 717 035,5935	7 827 493,0406	8 416 984,0424	9 005 156,5497
Valor Unitário UP (Euro)	15,7776	16,4705	18,9428	19,6066	26,0184
<b>IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT R</b>					
Nº. UP's em circulação	4 494 286,7534	5 654 726,7837	8 391 771,4351	10 355 701,9472	12 904 531,7450
Valor Unitário UP (Euro)	5,9530	6,2138	7,1470	7,3976	9,8155
<b>IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT P</b>					
Nº. UP's em circulação	-	-	-	1 905 469,2791	9 215 592,4775
Valor Unitário UP (Euro)	-	-	-	4,6774	6,2046

## DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

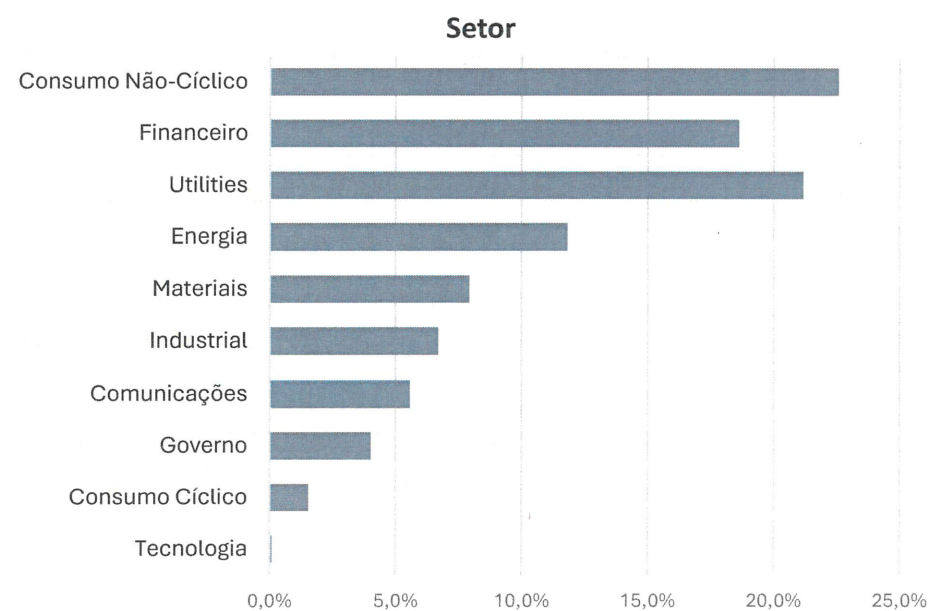
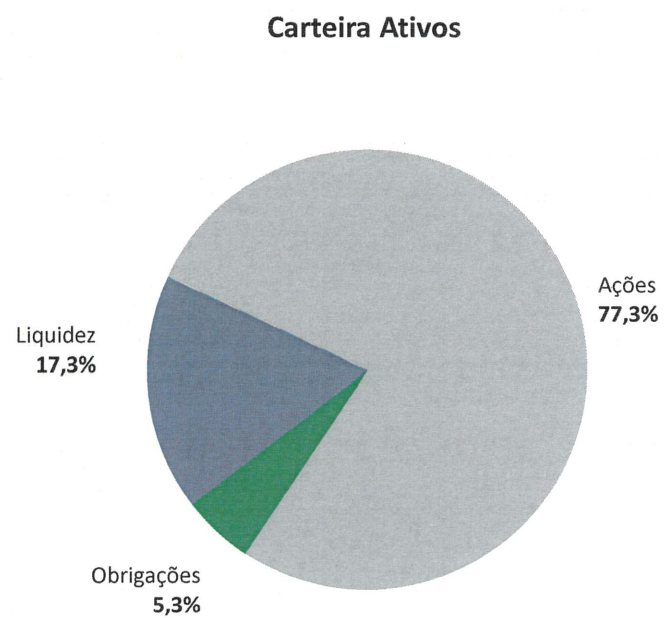
(valores em euro)

31.12.2025

Valores mobiliários	373 697 359
Saldos bancários	34 520 653
Outros ativos	10 825 978
<b>Total dos ativos</b>	<b>419 043 990</b>
Passivos	902 188
<b>Valor Líquido de Inventário</b>	<b>418 141 802</b>

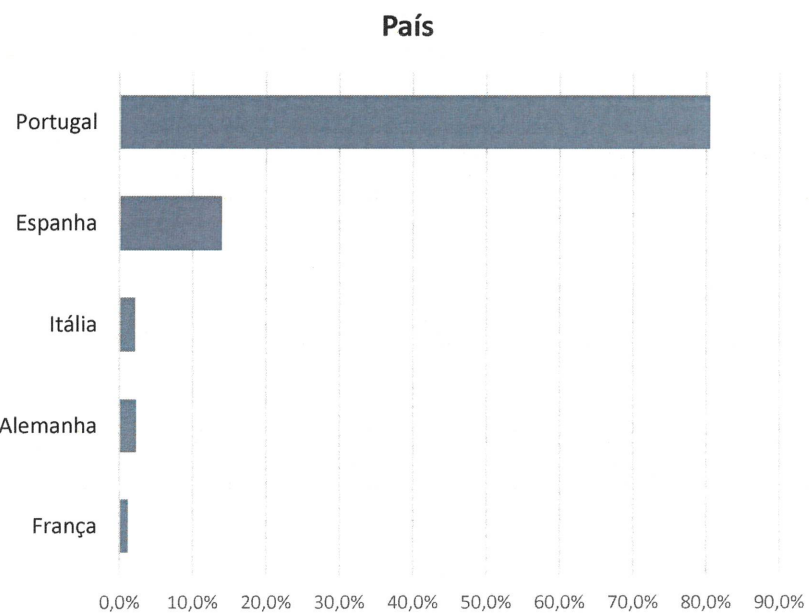


## COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA



Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

### COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA



Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

EUR  
100%

**Moeda**

## TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>	243 501 447	47 266 818	6 910 066	283 858 200	21 748	283 879 947	76%
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>	35 278 119	13 644 089	432 825	48 489 382	91 733	48 581 115	13%
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>	13 780 152	75 692	-	13 855 844	-	13 855 844	4%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO							
	26 289 461	1 204 472	-	27 493 933	-	27 493 933	7%
<b>TOTAL</b>	<b>318 849 180</b>	<b>62 191 071</b>	<b>7 342 891</b>	<b>373 697 359</b>	<b>113 481</b>	<b>373 810 840</b>	<b>100%</b>

## INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em euro)

<b>Rendimentos</b>	
Rendimentos do investimento	11 102 125
Outros investimentos	155 738
Mais-valias de investimento	164 625 691
<b>Custos</b>	
Custos de gestão	(7 290 596)
Custos de depósito	(251 400)
Outros encargos, taxas e impostos	(1 171 142)
Menos-valias de investimentos	(78 159 703)
<b>Lucro líquido</b>	<b>89 010 713</b>
<b>Lucros distribuídos</b>	
<b>Aumento ou diminuição da conta de capital</b>	
Subscrições	91 069 760
Resgates	(12 485 895)



**VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP**

(valores em euro)

	IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT A		IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT R		IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT P	
	Valor Líquido	Valor Unitário da UP	Valor Líquido	Valor Unitário da UP	Valor Líquido	Valor Unitário da UP
31.12.2023	148 274 321	18,9428	59 975 284	7,1470	-	-
31.12.2024	165 028 256	19,6066	76 606 429	7,3976	8 912 540	4,6774
31.12.2025	234 298 918	26,0184	126 664 024	9,8155	57 178 860	6,2046

**OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS**

(valores em euro)

	Descritivo	31.12.2024	Compras	Vendas	+/- Valias	31.12.2025
MOEDA	Operações Cambiais	-	-	-	-	-
TX JURO	Operações Sobre Taxas de Juro	-	-	-	-	-
COTAÇÕES	Operações Sobre Índices	51 224 000	278 315 500	(262 854 000)	16 314 500	83 000 000



i m | g | a |

## Balanço

Referente ao período fundo em 31 de dezembro de 2025

		ATIVO				
		31.12.2025			31.12.2024	
Código	Designação	Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido
	<b>Outros Ativos</b>					
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Ativos Intangíveis das SIM					
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>					
	<b>Carteira de Títulos</b>					
21	Obrigações	7,930,494	363,190	(39,280)	8,254,404	8,173,540
22	Ações	270,849,072	60,547,717	(7,303,611)	324,093,178	193,003,077
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação	26,289,461	1,204,472		27,493,933	19,000,433
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida	13,780,152	75,692		13,855,844	9,987,378
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>318,849,180</u>	<u>62,191,071</u>	<u>(7,342,891)</u>	<u>373,697,359</u>	<u>230,164,428</u>
	<b>Outros Ativos</b>					
31	Outros ativos					
	<i>Total de Outros Ativos</i>					
	<b>Terceiros</b>					
411+...+418	Contas de Devedores	10,712,498			10,712,498	8,087,531
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	<u>10,712,498</u>			<u>10,712,498</u>	<u>8,087,531</u>
	<b>Disponibilidades</b>					
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	34,520,653			34,520,653	12,770,625
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso					
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>34,520,653</u>			<u>34,520,653</u>	<u>12,770,625</u>
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>					
51	Acréscimos de Provetos	113,481			113,481	108,719
52	Despesas com Custo Diferido					
53	Outros acréscimos e diferimentos					
59	Contas transitórias ativas					
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	<u>113,481</u>			<u>113,481</u>	<u>108,719</u>
	<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<u>364,195,811</u>	<u>62,191,071</u>	<u>(7,342,891)</u>	<u>419,043,990</u>	<u>251,131,303</u>
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe A				9,005,157	8,416,984
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe P				9,215,592	1,905,469
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe R				12,904,532	10,355,702

		PASSIVO	
		Períodos	
Código	Designação	31.12.2025	31.12.2024
	<b>Capital do OIC</b>		
61	Unidades de Participação	155,435,349	103,205,603
62	Variações Patrimoniais	(19,651,078)	(46,005,197)
64	Resultados Transitados	193,346,819	186,070,845
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	89,010,713	7,275,974
	<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>418,141,802</u>	<u>250,547,225</u>
	<b>Provisões Acumuladas</b>		
481	Provisões para Encargos		
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>		
	<b>Terceiros</b>		
421	Resgates a Pagar a Participantes	9,986	51,249
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	820,891	498,434
424+...+429	Outras contas de Credores	52,295	32,242
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>	<u>883,173</u>	<u>581,926</u>
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>		
55	Acréscimos de Custos	19,016	2,153
56	Receitas com Provento Diferido		
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		
59	Contas transitórias passivas		
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>19,016</u>	<u>2,153</u>
	<b>TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO</b>	<u>419,043,990</u>	<u>251,131,303</u>
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe A	26,0184	19,6066
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe P	6,2046	4,6774
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe R	9,8155	7,3976

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos	
		31.12.2025	31.12.2024
<b>Operações Cambiais</b>			
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
<b>Operações Sobre Taxas de Juro</b>			
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
<b>Operações Sobre Cotações</b>			
934	Opções		
935	Futuros	83 000 000	51 224 000
	<i>Total</i>	83 000 000	51 224 000
<b>Compromissos de Terceiros</b>			
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>	83 000 000	51 224 000
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos	
		31.12.2025	31.12.2024
<b>Operações Cambiais</b>			
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
<b>Operações Sobre Taxas de Juro</b>			
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
<b>Operações Sobre Cotações</b>			
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
<b>Compromissos Com Terceiros</b>			
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	83 000 000	51 224 000



i m | g | a |

## Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		31.12.2025	31.12.2024			31.12.2025	31.12.2024
	<b>Custos e Perdas Correntes</b>				<b>Proveitos e Ganhos Correntes</b>		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes		2	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	570 604	336 746
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	De Operações Correntes	310 834	515 871
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	439 766	430 653		Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	7 592 861	5 283 928	822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	10 220 687	7 548 711
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	11 711 403	22 072 241	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	81 862 891	28 067 417
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	66 448 300	54 493 318	839	Em Operações Extrapatrimoniais	82 762 800	53 419 050
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais	218 391		851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	457 731	342 178	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	2	1
7418+7428	Outros impostos						
	Provisões do Exercício				<b>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</b>	<b>175 727 817</b>	<b>89 887 796</b>
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	4 390	4 305				
	<b>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</b>	<b>86 872 841</b>	<b>82 626 625</b>				
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<b>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</b>				<b>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</b>		
	<b>Custos e Perdas Eventuais</b>				<b>Proveitos e Ganhos Eventuais</b>		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		11 855
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores	152 089	
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	3 647	2 948
	<b>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</b>				<b>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</b>	<b>155 736</b>	<b>14 803</b>
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	<b>Resultado Líquido do Período (se&gt;0)</b>	<b>89 010 713</b>	<b>7 275 974</b>	66	<b>Resultado Líquido do Período (se&lt;0)</b>		
	<b>TOTAL</b>	<b>175 883 553</b>	<b>89 902 599</b>		<b>TOTAL</b>	<b>175 883 553</b>	<b>89 902 599</b>
(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	80 503 013	13 449 981	F - E	Resultados Eventuais	155 736	14 803
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	16 314 500	(1 074 268)	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	89 229 103	7 275 974
B-A	Resultados Correntes	88 854 977	7 261 171	B+D+F-A-C-E+7411/8+7421/8	Resultados Líquidos do Período	89 010 713	7 275 974



i m | g | a |

## Demonstração de Fluxos de Caixa

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-25		31-dez-24	
<b>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC</b>				
RECEBIMENTOS:		91 069 760		43 046 642
Subscrição de unidades de participação	91 069 760		43 046 642	
PAGAMENTOS:		12 527 158		7 991 583
Resgates de unidades de participação	12 527 158		7 991 583	
<b>Fluxo das operações sobre as unidades do OIC</b>		<b>78 542 601</b>		<b>35 055 059</b>
<b>OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS</b>				
RECEBIMENTOS:		124 749 570		130 120 474
Venda de títulos e outros ativos	84 223 179		103 089 265	
Reembolso de títulos e outros ativos	30 000 000		19 000 000	
Rendimento de títulos e outros ativos	10 006 597		7 548 711	
Juros e proveitos similares recebidos	519 794		482 497	
PAGAMENTOS:		188 023 388		170 728 089
Compra de títulos e outros ativos	179 581 411		161 025 187	
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	8 000 588		9 271 773	
Comissões de bolsa suportadas	56 027		64 420	
Comissões de corretagem	382 545		364 088	
Outras taxas e comissões	43		85	
Outros pagamentos relacionados com a carteira	2 774		2 536	
<b>Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos</b>		<b>(63 273 818)</b>		<b>(40 607 615)</b>
<b>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</b>				
RECEBIMENTOS:		107 335 160		81 112 207
Operações sobre cotações	82 762 800		53 414 818	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	24 572 360		27 697 390	
PAGAMENTOS:		93 611 096		84 545 243
Operações sobre cotações	66 448 300		54 493 318	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	27 158 451		30 047 620	
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	4 345		4 305	
<b>Fluxo das operações a prazo e de divisas</b>		<b>13 724 064</b>		<b>(3 433 035)</b>
<b>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</b>				
RECEBIMENTOS:		310 835		705 872
Juros de depósitos bancários	310 834		705 871	
Outros recebimentos correntes	2		1	
PAGAMENTOS:		7 709 391		5 512 290
Juros devedores de depósitos bancários	1 887		4	
Comissão de gestão	7 250 010		5 165 041	
Comissão de depósito	250 648		177 855	
Taxa de supervisão	46 865		33 781	
Impostos e taxas	159 979		135 608	
Outros pagamentos correntes	2		0	
<b>Fluxo das operações de gestão corrente</b>		<b>(7 398 555)</b>		<b>(4 806 419)</b>
<b>OPERAÇÕES EVENTUAIS</b>				
RECEBIMENTOS:		155 736		14 803
Ganhos extraordinários	155 736		14 803	
<b>Fluxo das operações eventuais</b>		<b>155 736</b>		<b>14 803</b>
<b>SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)</b>		<b>21 750 028</b>		<b>(13 777 207)</b>
<b>DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)</b>		<b>12 770 625</b>		<b>26 547 832</b>
<b>DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)</b>		<b>34 520 653</b>		<b>12 770 625</b>



i m | g | a |

## Anexo às Demonstrações Financeiras

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

## INTRODUÇÃO

A constituição do IMGGA Ações Portugal, Fundo de Investimento Aberto de Ações (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 20 de julho de 1995, tendo iniciado a sua atividade nessa data. É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado e tem como finalidade proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade a longo prazo que integre um prémio sobre os instrumentos de mercado monetário e que reflita aproximadamente a rentabilidade agregada do mercado acionista nacional. Para o efeito, investe maioritariamente os seus capitais, direta ou indiretamente, em ações de empresas nacionais cotadas nos mercados regulamentados dos países da União Europeia e de alguns países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.



**1. CAPITAL DO OIC**

O capital do OIC é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos seus detentores. As unidades de participação são nominativas e adotam a forma escritural. Para efeitos de movimentação, as unidades de participação são fracionadas até à quarta casa decimal.

Para efeitos de constituição do OIC, o valor da unidade de participação da Categoria A foi de mil escudos (quatro euros e noventa e nove cêntimos). Para efeitos de constituição das Categorias I, P e R o valor inicial é de cinco euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a

ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31-12-2024	Subscrições			Resgates			Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	31-12-2025
		Categoria A	Categoria P	Categoria R	Categoria A	Categoria P	Categoria R				
Valor base	103 205 603	4 804 814	37 909 976	13 941 940	(1 869 833)	(1 359 360)	(1 197 791)				155 435 349
Diferença p/Valor Base	(46 005 197)	18 198 736	5 987 101	10 227 193	(6 742 631)	(319 210)	(997 070)				(19 651 078)
Resultados distribuídos	-										-
Resultados acumulados	186 070 845							7 275 974			193 346 819
Resultados do período	7 275 974							(7 275 974)		89 010 713	89 010 713
<b>SOMA</b>	<b>250 547 225</b>	<b>23 003 549</b>	<b>43 897 077</b>	<b>24 169 133</b>	<b>(8 612 464)</b>	<b>(1 678 570)</b>	<b>(2 194 861)</b>	-	-	<b>89 010 713</b>	<b>418 141 802</b>
Nº de Unidades participação											
Categoria A	8 416 984	962 888			(374 716)						9 005 157
Categoria P	1 905 469		7 581 995			(271 872)					9 215 592
Categoria R	10 355 702			2 788 388			(239 558)				12 904 532
Valor Unidade participação											
Categoria A	19.6066										26.0184
Categoria P	4.6774										6.2046
Categoria R	7.3976										9.8155

Em 31 de dezembro de 2025 existiam 278 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Categoria A			Categoria R			Categoria P			Total	
		Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2025	31-12-25	26.0184	234 298 918	9 005 157	9.8155	126 664 024	12 904 532	6.2046	57 178 860	9 215 592	418 141 802	31 125 281
	30-09-25	25.1434	219 526 225	8 730 974	9.4850	119 256 099	12 573 127	5.9957	41 683 454	6 952 246	380 465 779	28 256 347
	30-06-25	23.5608	202 236 394	8 583 627	8.8882	108 524 167	12 209 921	5.6203	22 552 499	4 012 729	333 313 060	24 806 277
	31-03-25	21.4762	181 356 759	8 444 562	8.1029	88 566 609	10 930 255	5.1230	14 099 265	2 752 161	284 022 633	22 126 978
Ano 2024	31-12-24	19.6066	165 028 256	8 416 984	7.3976	76 606 429	10 355 702	4.6774	8 912 540	1 905 469	250 547 225	20 678 155
	30-09-24	20.3389	164 396 432	8 082 889	7.6737	77 379 279	10 083 750	4.8519	5 715 608	1 178 027	247 491 320	19 344 666
	30-06-24	19.9274	157 495 955	7 903 497	7.5185	74 492 240	9 907 964	4.7538	1 243 361	261 555	233 231 556	18 073 016
	31-03-24	18.8835	147 435 595	7 807 676	7.1246	70 039 937	9 830 754	-	-	-	217 475 531	17 638 430
Ano 2023	31-12-23	18.9428	148 274 321	7 827 493	7.1470	59 975 284	8 391 771	-	-	-	208 249 605	16 219 264
	30-09-23	17.8131	138 684 349	7 785 542	6.7207	52 528 347	7 816 017	-	-	-	191 212 697	15 601 559
	30-06-23	17.4368	128 662 753	7 378 806	6.5784	46 041 546	6 998 960	-	-	-	174 704 299	14 377 766
	31-03-23	17.2480	122 875 157	7 124 031	6.5073	38 644 379	5 938 628	-	-	-	161 519 536	13 062 659

Em 31 de dezembro de 2025, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes		
	Categoria A	Categoria P	Categoria R
UPs ≥ 25%	-	-	-
10% ≤ UPs < 25%	-	-	3
5% ≤ UPs < 10%	-	-	13
2% ≤ UPs < 5%	-	-	16
0.5% ≤ UPs < 2%	1	90	80
UPs < 0.5%	3 881	51	141
TOTAL	3 882	141	253

## 2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2025, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Ações	144 753 995	-	82 921 318	-	227 675 313	-
Direitos	-	-	250 144	-	250 144	-
Futuros	278 315 500	-	262 854 000	-	541 169 500	-
Obrigações	34 826 757	-	1 028 750	-	35 855 507	-
Unidades de Participação	8 000 588	-	2 654	-	8 003 242	-

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

(Valores em Euro)

Descritivo	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	91 069 760	-
Resgates	12 485 895	-

**3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES**

Em 31 de dezembro de 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)						
Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
<b>1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS</b>						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Obrigações diversas						
Caixa Eco Montepio Geral Var 25/06/29	1 201 344	9 960	-	1 211 304	21 748	1 233 052
	1 201 344	9 960	-	1 211 304	21 748	1 233 052
-Ações						
Altri SGPS S.A.	14 267 381	-	(1 285 979)	12 981 402	-	12 981 402
B.Comercial Português-Nom.	23 409 514	17 367 586	-	40 777 100	-	40 777 100
CTT - Correios de Portugal SA	11 449 816	6 605 084	-	18 054 900	-	18 054 900
Corticeira Amorim-SGPS	4 474 379	-	(1 209 600)	3 264 778	-	3 264 778
EDP Renovaveis SA	21 084 518	5 080 810	-	26 165 328	-	26 165 328
EDP-Energias de Portugal SA	13 789 318	794 057	-	14 583 375	-	14 583 375
GALP Energia SGPS SA-B Shrs	44 374 298	-	(3 432 243)	40 942 055	-	40 942 055
Ibersol - SGPS, S.A.	651 450	707 702	-	1 359 151	-	1 359 151
Jerónimo Martins,SGPS,S.A.	39 583 258	734 142	-	40 317 400	-	40 317 400
Mota Engil - SGPS SA	16 366 281	3 549 419	-	19 915 700	-	19 915 700
NOS, SGPS, SA	17 317 312	1 954 688	-	19 272 000	-	19 272 000
Navigator CO Sa/THe	13 377 839	-	(982 243)	12 395 596	-	12 395 596
NovaBase - SGPS, SA	154 711	107 789	-	262 500	-	262 500
REN - Redes Energéticas Nacionais SA	8 526 199	1 938 626	-	10 464 825	-	10 464 825
Semapa - S. Inv.Gestão-SGPS,S.A. (nom)	1 334 407	728 779	-	2 063 185	-	2 063 185
Sonae - SGPS	12 139 423	7 688 177	-	19 827 600	-	19 827 600
	242 300 103	47 256 858	(6 910 066)	282 646 896	-	282 646 896
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Obrigações diversas						
CRL Credito Agricola Mut Var 04/07/27	1 004 500	26 850	-	1 031 350	41 301	1 072 651
Fidelidade Companhia SE Var 04/09/31	1 323 600	187 230	-	1 510 830	20 610	1 531 440
Fidelidade Seguros PT Var 29/11/172	2 053 150	139 150	-	2 192 300	13 589	2 205 889
Novo Banco SA Var 01/12/33	2 347 900	-	(39 280)	2 308 620	16 233	2 324 853
	6 729 150	353 230	(39 280)	7 043 100	91 733	7 134 833
-Ações						
Banco Santander SA	1 759 089	2 268 911	-	4 028 000	-	4 028 000
CaixaBank, SA	2 349 241	1 306 509	-	3 655 750	-	3 655 750
Commerzbank AG.	1 612 678	2 358 322	-	3 971 000	-	3 971 000
Endesa SA	2 599 086	1 076 514	-	3 675 600	-	3 675 600
Enel Spa.	2 962 016	721 939	-	3 683 955	-	3 683 955
Engie	2 989 133	1 156 717	-	4 145 850	-	4 145 850
Iberdrola SA.	2 752 231	1 023 621	-	3 775 852	-	3 775 852
Inditex SA	3 452 360	491 440	-	3 943 800	-	3 943 800
RWE AG.	2 773 623	1 073 477	-	3 847 100	-	3 847 100
Redeia Corp SA	3 389 620	-	(393 545)	2 996 075	-	2 996 075
Unicredit SPA..	1 909 891	1 813 409	-	3 723 300	-	3 723 300
	28 548 969	13 290 859	(393 545)	41 446 282	-	41 446 282
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
Bilhetes do Tesouro 0 18/09/26	9 800 594	58 606	-	9 859 200	-	9 859 200
Bilhetes do Tesouro 0% 16/01/26	3 979 559	17 086	-	3 996 644	-	3 996 644
	13 780 152	75 692	-	13 855 844	-	13 855 844
<b>3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO</b>						
<i>OIC domiciliados em Portugal</i>						
IMGA Money Market - CAT I	26 289 461	1 204 472	-	27 493 933	-	27 493 933
	26 289 461	1 204 472	-	27 493 933	-	27 493 933
<b>TOTAL</b>	<b>318 849 180</b>	<b>62 191 071</b>	<b>(7 342 891)</b>	<b>373 697 359</b>	<b>113 481</b>	<b>373 810 840</b>

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o exercício findo em 2025, foi o seguinte:

(Valores em Euro)				
Descritivo	31-12-2024	Aumentos	Reduções	31-12-2025
Depósitos à ordem	12 770 625	323 621 061	301 871 033	34 520 653
<b>TOTAL</b>	<b>12 770 625</b>	<b>323 621 061</b>	<b>301 871 033</b>	<b>34 520 653</b>

#### 4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

##### Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

##### Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.

- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
- As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
- As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
  - Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

### Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro, alterado pela Retificação n.º 12/2015, de 11 de março), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.



**5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO**

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos		
<b>OPERAÇÕES "À VISTA"</b>							
Ações	59 781 632	21 028 130	80 809 762	-	-	10 220 687	10 220 687
Obrigações	142 712	167 362	310 074	457 123	113 481	-	570 604
Direitos	-	250 144	250 144	-	-	-	-
Unidades de participação	492 911	-	492 911	-	-	-	-
Depósitos	-	-	-	310 834	-	-	310 834
<b>OPERAÇÕES A PRAZO</b>							
Cambiais							
Spots	-	0	0	-	-	-	-
Cotações	-	82 762 800	82 762 800	-	-	-	-
Futuros	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>60 417 256</b>	<b>104 208 435</b>	<b>164 625 691</b>	<b>767 957</b>	<b>113 481</b>	<b>10 220 687</b>	<b>11 102 125</b>



Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Ações	7 794 074	3 757 942	11 552 016	-	-	-
Obrigações	131 340	28 047	159 387	-	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cambiais						
Spots	-	0	0	-	-	-
Cotações						
Futuros	-	66 448 300	66 448 300	-	-	-
COMISSÕES						
de Gestão	-	-	-	7 290 596	-	7 290 596
de Depósito	-	-	-	251 400	-	251 400
de Supervisão	-	-	-	49 241	-	49 241
de Carteira de títulos	-	-	-	439 766	-	439 766
Outras	-	-	-	1 623	-	1 623
TOTAL	7 925 414	70 234 289	78 159 703	8 032 627	-	8 032 627

## 9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2025 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte têm a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2025	31-12-2024
Impostos indiretos:		
Imposto do Selo	457 731	342 178
	457 731	342 178
Impostos pagos no estrangeiro:		
Dividendos de ações	218 391	-
	218 391	-
TOTAL	676 122	342 178

## 10. RESPONSABILIDADES

A 31 de dezembro de 2025, o OIC tem acordado junto do Millenium BCP uma facilidade de limite máximo de descoberto intradiário na conta corrente no valor de €600.000, a qual não se encontra a ser utilizada, constituindo-se, assim, como uma responsabilidade potencial.

### 12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	16 459 935	-	-	-	-	16 459 935
de 1 a 3 anos	3 557 905	-	-	-	-	3 557 905
de 3 a 5 anos	2 205 889	-	-	-	-	2 205 889
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

### 13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

AÇÕES E VALORES SIMILARES	MONTANTE (Euros)	EXTRA-PATRIMONIAIS		SALDO
		Futuros	Opções	
Ações	324 093 178	83 000 000	-	407 093 178
Direitos	-	-	-	-

#### 14. EXPOSIÇÃO GLOBAL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O cálculo da exposição em instrumentos financeiros derivados é efetuado através do método dos compromissos, nos termos do artigo 187º do Decreto-Lei nº 27/2023.

#### 15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria A		Categoria P		Categoria R	
	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	4 552 094	2.25%	633 996	2.25%	2 365 832	2.25%
Comissão de Depósito	157 598	0.08%	21 950	0.08%	81 908	0.08%
Taxa de Supervisão	29 503	0.01%	4 321	0.02%	15 416	0.01%
Custos de Auditoria	2 645	0.00%	368	0.00%	1 375	0.00%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	103 074	0.05%	14 356	0.05%	53 570	0.05%
Outros Custos Correntes	2 817	0.00%	392	0.00%	1 464	0.00%
<b>TOTAL</b>	<b>4 847 732</b>		<b>675 384</b>		<b>2 519 565</b>	
<b>TAXA DE ENCARGOS CORRENTES</b>	<b>2.40%</b>		<b>2.40%</b>		<b>2.40%</b>	

(1) Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência anualizada



i m | g | a |

## Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

## Divulgação periódica ao abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Nome do Produto: **IMGA Ações Portugal**Identificador de entidade jurídica (Código LEI): **549300FMI2UCCWAKJO33**Código do fundo (CMVM): **109**

Por “Investimento Sustentável” deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente nenhum objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A **taxonomia da UE** é um Sistema de classificação previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que **estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental**. O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.



## Características ambientais e/ou sociais

Este produto financeiro tem um objetivo de investimento sustentável?



Sim



x

Não

Realizou **investimentos sustentáveis com objetivo ambiental**: \_\_\_%

em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

x

Promoveu **características ambientais/sociais (A/S)** e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 1% a investimentos sustentáveis

com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

x

em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

x

com um objetivo social

Realizou **investimentos sustentáveis com objetivo social**: \_\_\_%

Promoveu características (A/S), mas **não realizou quaisquer investimentos sustentáveis**

### Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

A IMGA, na gestão do Fundo, tem em conta critérios financeiros e de sustentabilidade de forma a integrar critérios ambientais, sociais e de boa governação nos seus investimentos. Para este efeito recorre a análises, classificações de rating ESG e dados de fornecedores externos independentes.

Salientamos que, apesar da divulgação de indicadores de sustentabilidade por parte das empresas ter vindo a melhorar nos últimos anos, esta informação ainda é limitada para diversos indicadores, tanto ao nível da sustentabilidade ambiental como social.

À data de preparação deste relatório, das 31 entidades em carteira, 5 não dispunha de dados para nenhum dos indicadores de sustentabilidade ambiental e/ou social analisados, correspondendo a cerca de 1,7% da carteira de ativos a 31 de dezembro de 2025.

A notação de rating ESG médio para a composição deste Fundo no final de 2025 corresponde a um nível de **Risco Médio**, com uma cobertura de dados de cerca de 98% da carteira de ativos do fundo,

sendo que 57% apresentavam risco baixo ou negligenciável, 23% apresentavam risco médio, 11% apresentavam risco severo e os restantes 7,4% respeitavam a unidades de participação de um OIC.

**No âmbito da sustentabilidade ambiental** este produto pretende promover a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, através da análise dos seus investimentos ao nível da gestão, prevenção e controlo da poluição, eficiência na utilização das matérias-primas, nomeadamente dos recursos hídricos e recursos escassos, proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas, e através da forma como cada emitente gere o seu impacto no ecossistema e vida selvagem. Os indicadores observados relativos aos riscos associados à sustentabilidade ambiental contribuíram em 23,5% para o risco ESG do fundo, com principal destaque para “Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição”.

**No âmbito da sustentabilidade social** são tidos em conta fatores como o respeito pelos direitos humanos, com foco nas medidas tomadas para proteger os direitos civis e políticos, bem como os direitos económicos, sociais e culturais, incluindo trabalho infantil e forçado, e a gestão do capital humano e relações laborais, que inclui a gestão dos riscos relacionados com a escassez de mão de obra qualificada por meio de programas de retenção e recrutamento e programas de formação. Inclui ainda questões como a gestão da liberdade sindical e não discriminação, bem como jornada de trabalho e salário mínimo. São ainda consideradas questões relacionadas com a saúde e segurança no trabalho, nomeadamente a forma como os emitentes gerem os riscos de acidentes de trabalho, ética empresarial, como o cumprimento de práticas anticompetitivas, proteção da propriedade intelectual, práticas contabilísticas e fiscais. Inclui também a gestão dos riscos relacionados com corrupção. Os indicadores de sustentabilidade social foram os que maior peso representaram na composição da notação de risco, sendo responsáveis por cerca de 32,7% desta notação, penalizada por diversos indicadores analisados, nos quais se destaca “Privacidade e Segurança de Dados” e “Saúde e Segurança no Trabalho”.

Também a contribuir para o risco ESG da carteira estiveram outros riscos idiossincráticos e riscos relacionados com a componente de *governance*, tanto ao nível da entidade como do produto.

Não foram detetadas situações de *non-compliance* com os standards globais de sustentabilidade, nomeadamente com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos ou com os princípios do UN Global Compact, nem existiam situações em acompanhamento relativamente a potenciais situações de incumprimento.

#### ● **Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?**

No quadro abaixo são apresentados os indicadores analisados com indicação da percentagem de cobertura dos dados e contribuição de cada indicador para a notação de rating ESG atribuída, bem como a percentagem de cobertura dos dados para ativos considerados alinhados com características ambientais ou sociais (A/S) ou sustentáveis e a respetiva contribuição para a notação de rating ESG do Fundo com referência à carteira de ativos no final do ano 2025.

Os indicadores de sustentabilidade medem a forma como são realizadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.



Notação de Rating ESG: <i>Risco Médio</i>		Total			Promoção Características A/S			Sustentáveis		
Indicadores de Sustentabilidade		% Ativos Analisados	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Analisados - Alinhados A/S	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Analisados - Sustentáveis	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição
Entidades Privadas	Sustentabilidade Ambiental	Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição	50,0%	15,2%	23,5%	50,0%	15,2%	26,1%	37,7%	15,1%
		Uso de Água	30,7%	5,7%		30,7%	7,5%		30,7%	4,5%
		Eficiência na Utilização das Matérias-Primas	-	-		-	-		-	-
		Proteção e Restauro da Biodiversidade e dos Ecossistemas	39,6%	2,6%		39,6%	3,4%		39,6%	2,0%
Sustentabilidade Social	Direitos Humanos	19,6%	2,0%	32,7%	19,6%	2,6%	42,9%	6,1%	0,7%	
	Gestão do Capital Humano e Relações Laborais	76,5%	4,5%		76,5%	5,9%		62,9%	3,4%	
	Saúde e Segurança no Trabalho	39,6%	7,0%		39,6%	9,2%		39,6%	7,0%	
	Ética Empresarial	68,7%	6,6%		68,7%	8,7%		55,1%	6,0%	
	Corrupção	-	-		-	-		-	-	
	Relação com a comunidade	39,6%	3,7%		39,6%	4,9%		39,6%	3,7%	
	Privacidade e Segurança de Dados	68,7%	8,9%		68,7%	11,6%		55,1%	7,2%	
	Acesso e Serviços Básicos	-	-		-	-		-	-	
Corporate Governance	Corporate Governance	76,5%	16,1%	16,1%	76,5%	21,1%	21,1%	62,9%	13,1%	13,1%
Outros	Outros	27,4%	27,7%	27,7%	27,4%	5,0%	17,2%	3,1%	3,1%	
TOTAL		100,00%	100,0%	100,0%	-	95,2%	95,2%	-	65,7%	65,7%
% Ativos do Fundo		87,3%			71,4%			17,4%		

Uma contribuição superior de um ativo para o Rating ESG significa uma maior exposição do fundo ao respetivo risco.

Notação de Rating ESG: <i>Risco Baixo</i>						
Rating ESG	Sustentabilidade Ambiental	Sustentabilidade Social	Governança	% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis
Risco Negligenciável	Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Negligenciável	0,0%	0,0%	0,0%
Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Negligenciável	0,0%	3,7%	3,7%
	Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Baixo	0,0%		
	Risco Baixo	Risco Médio	Risco Negligenciável	0,0%		
	Risco Médio	Risco Baixo	Risco Negligenciável	0,0%		
	Risco Médio	Risco Médio	Risco Negligenciável	3,7%		
Risco Médio	Risco Médio	Risco Baixo	Risco Baixo	0,0%	0,0%	0,0%
% Ativos do Fundo				3,7%	3,7%	3,7%

Fundos/ETIs	Enquadramento SFDR	Nível de Cobertura			Promoção Características A/S		Sustentáveis	
		Nº Fundos	Nº Fundos Analisados	% Ativos	Média por fundo <sup>(1)</sup>	Contribuição para a Carteira	Média por fundo <sup>(1)</sup>	Contribuição para a Carteira
	artº 6º	0	-	0,0%	-	-	-	-
	artº 8º	1	1	7,4%	81,1%	6,0%	44,2%	3,2%
	artº 9º	0	0	0,0%	-	-	-	-
	n.d.	0	0	0,0%	-	-	-	-
TOTAL		1	1	7,4%	81,1%	6,0%	44,2%	3,2%

(1) Média dos fundos cobertos

A notação de rating ESG de “Risco Médio” reflete o risco ESG da carteira de ativos emitidos por entidades privadas, que correspondem a 87,3% da carteira de ativos do fundo. Esta notação resultou em maioritariamente de ativos considerados alinhados com características A/S, sendo que estes representavam cerca de 71,4% da carteira de ativos. Destes cerca de 17,4% cumprem os critérios para serem considerados sustentáveis.

Existia ainda uma exposição de cerca de 3,7% da carteira de ativos a uma entidade governamental com risco baixo, considerada sustentável e a um fundo do mercado monetário, para efeito de gestão da liquidez, correspondente a 7% da carteira de ativos do Fundo a 31 de dezembro de 2025, com exposição de 81% a entidades consideradas alinhadas com características A/S e de 44% a entidades consideradas sustentáveis.

A restante percentagem corresponde aos restantes investimentos do Fundo, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis e liquidez para a gestão corrente do fundo.

● ... e em relação a períodos anteriores?

Verificou-se a manutenção da notação em “Risco Médio” para a componente de ativos diretos da carteira, tendo-se registado um aumento da exposição a entidades com notação de risco baixo, por contrapartida da redução de entidades classificadas com risco médio e alto.



Não obstante, uma das principais entidades emitentes nacionais do setor Oil & Gas, representando cerca de 11% da carteira de ativos do Fundo, passou a ser classificada como apresentando risco ESG Severo, refletindo sobretudo a exposição elevada e material a riscos relacionados com Saúde e Segurança no Trabalho, inerentes à natureza das suas operações, a que se acrescem riscos ambientais relevantes, incluindo os relacionados com emissões de gases com efeito de estufa. Esta situação encontra-se em acompanhamento contínuo pela Sociedade Gestora, não se identificando, à data, alternativas elegíveis compatíveis com a política de investimentos do Fundo.

Rating ESG	2024	2025
Risco Negligenciável	2,3%	2,9%
Risco Baixo	46,1%	54,1%
Risco Médio	25,6%	22,9%
Risco Alto	15,3%	0,0%
Risco Severo	0,0%	11,0%
Total	89,2%	91,0%

Durante o ano 2025 foram adotados, pela Sociedade Gestora, indicadores adicionais para verificação do princípio de “Não Prejudicar Significativamente” nenhum dos objetivos ambientais ou sociais dos investimentos sustentáveis. Esta introdução de indicadores adicionais originou uma redução significativa dos investimentos considerados sustentáveis, que diminuíram de 55,6% em 2024 para 24,2% em 2025.

Quanto à exposição a entidades alinhadas com características A/S, esta aumentou de 72,7% para 81,1% em 2025.

Relativamente aos indicadores analisados destaque para uma melhoria nos indicadores idiossincráticos, “Corporate Governance” e “Ética Empresarial”, tendo os indicadores relacionados com “Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição” e “Uso de Água” se deteriorado.

		Notação de Rating ESG:		Risco Médio	Risco Médio
Rating ESG					
Indicadores de Sustentabilidade		Varição	Contribuição		
			2024	2025	
Sustentabilidade Ambiental	Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição		11,4%	15,2%	
	Uso de Água		3,7%	5,7%	
	Eficiência na Utilização das Matérias-Primas		0,3%	0,0%	
	Proteção e Restauro da Biodiversidade e dos Ecossistemas		1,4%	2,6%	
Sustentabilidade Social	Direitos Humanos		1,2%	2,0%	
	Gestão do Capital Humano e Relações Laborais		4,8%	4,5%	
	Saúde e Segurança no Trabalho		5,7%	7,0%	
	Ética Empresarial		8,8%	6,6%	
	Corrupção		0,0%	0,0%	
	Relação com a comunidade		4,8%	3,7%	
	Privacidade e Segurança de Dados		7,9%	8,9%	
	Acesso a Serviços Básicos		0,0%	0,0%	
Corporate Governance	Corporate Governance		16,1%	16,1%	
Outros	Outros		31,7%	27,7%	
TOTAL			-	100,0%	100,0%
% Ativos do Fundo			-	84,9%	87,3%
Promoção Características A/S			-	61,7%	71,4%
Sustentáveis			-	47,6%	17,4%

Uma contribuição superior de um ativo para o Rating ESG significa uma maior exposição do fundo ao respetivo risco.

Relativamente ao investimento em ativos emitidos por entidades governamentais e unidades de participação de fundos ou ETFs, os mesmo mantiveram-se idênticos ao ano anterior.

Governos	Rating ESG	2024			2025		
		% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis	% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis
	Risco Negligenciável	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Risco Baixo	4,3%	4,3%	4,3%	3,7%	3,7%	3,7%
	Risco Médio	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Total	4,34%	4,34%	4,34%	3,71%	3,71%	3,71%

Fundos/ETFs	Enquadramento SFDR	2024			2025		
		% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis	% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis
	artº 6º	0,0%	-	-	0,0%	-	-
	artº 8º	8,3%	6,7%	3,6%	7,4%	6,0%	3,2%
	artº 9º	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	n.d.	0,0%	-	-	0,0%	-	-
	TOTAL	8,3%	6,7%	3,6%	7,4%	6,0%	3,2%

Assim, para a totalidade da carteira, a componente de ativos considerada alinhada com características A/S e sustentável teve a seguinte evolução:

% Ativos	2024	2025
Alinhados com características A/S	72,7%	81,1%
Sustentáveis	55,6%	24,3%

**Quais foram os objetivos de investimento sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?**

Tendo em vista a estratégia, política e objetivo do fundo, a IMGA procurou o investimento em entidades que permitissem maximizar a rentabilidade e, ao mesmo tempo, controlar o risco, nomeadamente os riscos relacionados com sustentabilidade. Para isso foram analisados os indicadores de sustentabilidade e as notações externas de rating ESG das entidades emitentes, simultaneamente com os tradicionais fatores financeiros, procurando, sempre que possível, reforçar o compromisso de promoção de um desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, foram realizados diversos investimentos que permitiram ao fundo cumprir com os objetivos de investimento sustentável a que se comprometeu, tendo atingido os valores apresentados nos quadros anteriores.

**Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?**

Apenas são considerados como sustentáveis emitentes com notações de rating ESG favoráveis e, que de acordo com a metodologia de análise dos fornecedores externos de research ESG, que incorporam objetivos em termos de sustentabilidade ambiental e/ou social e que não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável. Para além disso, de forma a garantir que os investimentos do Fundo considerados sustentáveis não prejudicam significativamente qualquer outro objetivo de investimento sustentável, são analisados diversos indicadores ambientais e sociais dos principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, para os quais exista informação suficiente divulgada pela maioria dos emitentes alvo do investimento. Assim, foram considerados para este efeito os seguintes indicadores relacionados com:

- i. **Indicadores ambientais:** Emissões de gases com efeitos de estufa (emissões GEE), nomeadamente no que refere à intensidade dessas emissões face a um referencia setorial, impacto negativo em zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade ou cujas atividades tenham impacto em espécies ameaçadas ou que provoquem a degradação dos solos, desertificação, impermeabilização dos solos ou que estejam significativamente envolvidas na fabricação de pesticidas e outros produtos agroquímicos. Relativamente aos emitentes governamentais foram analisados indicadores relacionados com a intensidade das emissões carbónicas.
- ii. **Indicadores sociais:** Também para os indicadores sociais se procura avaliar o alinhamento com normas mínimas aplicáveis a índices de referência da EU para a transição climática, nomeadamente o cumprimento dos princípios do Pacto Global das Nações Unidas ou as Diretrizes da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos para as empresas multinacionais, o envolvimento em quaisquer atividades relacionadas com armas controversas e produção de tabaco. Neste sentido não foram detetadas quaisquer

Os principais impactos negativos devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões ambientais, sociais e laborais, do respeito dos direitos humanos e da luta contra a corrupção e o suborno.

situações de não cumprimento de qualquer princípio ou *guideline* previstos, bem como qualquer situação de envolvimento em atividades relacionadas com armar controversas ou com envolvimento significativo na produção de tabaco nos investimentos considerados sustentáveis.

Para os emitentes governamentais foram analisados indicadores relacionados com a dispersão de rendimento entre a população, nomeadamente o coeficiente de Gini determinado pela OCDE, e indicadores os indicadores determinados pela organização não governamental Freedom House para as diversas componentes, nomeadamente liberdade de expressão, direitos humanos, corrupção, estabilidade política e estado de direito. Não são igualmente consideradas sustentáveis entidades onde sejam detetadas quaisquer situações de violação dos direitos humanos, normas laborais, diversidade e corrupção. Não foram ainda considerados sustentáveis os investimentos em países incluídos nas listas da EU, adotadas pelo Conselho em 17 de fevereiro de 2026, como se tratando de jurisdições não cooperativas para fins fiscais. Para além destes são analisadas quaisquer investimento e entidades governamentais sujeitas a violações de cariz social.

Informação adicional sobre o cálculo destes indicadores está disponível em:

[https://www.imga.pt/media/6346/declaracao\\_pincipais\\_impactos\\_negativos\\_sustentabilidade.pdf](https://www.imga.pt/media/6346/declaracao_pincipais_impactos_negativos_sustentabilidade.pdf)

Adicionalmente, de forma a garantir que os investimentos do Fundo considerados sustentáveis não prejudicam significativamente qualquer outro objetivo de investimento sustentável, a Sociedade utiliza critérios de exclusão, análise de controvérsias, bem como repondera positivamente nas suas decisões de investimento os emitentes identificados com baixos riscos materiais de exposição ambiental, social ou governação.

Os investimentos considerados como sustentáveis são analisados procurando detetar e analisar quaisquer situações de potencial incumprimento com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, incluindo os princípios e os direitos estabelecidos nas oito convenções fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e na Carte Internacional dos Direitos Humanos.

***Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?***

Numa primeira instância, os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade estão incorporados na análise da qual resulta a notação de rating ESG. Ainda, são considerados os indicadores relacionados com questões laborais, respeito pelos direitos humanos e luta contra a corrupção e suborno previstos nos princípios do UN Global Compact e nas diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, bem como a exclusão de qualquer investimento em entidades que detenha a maioria das suas receitas em atividades relacionadas com o fabrico ou venda de armas controversas, nomeadamente minas antipessoais, munições de fragmentação, armas químicas e armas biológicas.

Adicionalmente, e de forma a verificar o cumprimento do princípio “Não prejudicar significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável” previsto no ponto anterior foram considerados os indicadores referidos.

***Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:***

Apenas são considerados como sustentáveis os investimentos em emitentes que não apresentem situações de incumprimento relativo a qualquer uma das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.



*A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados com a taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da UE.*

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à restante parte deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

*Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.*



### **De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?**

Conforme referido no ponto anterior relativo a como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, o Fundo tem em consideração os diversos indicadores ambientais e sociais, integrados na metodologia de rating. Adicionalmente, são ainda considerados os indicadores relacionados com questões laborais, respeito pelos direitos humanos e luta contra a corrupção e suborno previstos nos princípios do UN Global Compact e nas diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, bem como a exclusão de qualquer investimento em entidades que detenha a maioria das suas receitas em atividades relacionadas com o fabrico ou venda de armas controversas, nomeadamente minas antipessoais, munições de fragmentação, armas químicas e armas biológicas. A IMGGA, em cumprimento da regulamentação em vigor, nomeadamente em cumprimento da divulgação dos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade prevista pelo Regulamento Delegado (EU) 2022/1288, divulga os indicadores considerados para a carteira consolidada de ativos. Não obstante, reconhecendo a importância que estes indicadores poderão ter para uma análise informada dos investimentos do fundo, inclui neste ponto o desempenho da carteira de ativos no final do ano corrente e do ano anterior, medida pela soma da quota parte do fundo, proporcional ao investimento em cada entidade, para os indicadores considerados relevantes cuja cobertura de dados seja suficiente para permitir esta análise:



Quadro 1

Descrição dos principais impactos negativos sobre os fatores de sustentabilidade

Indicadores aplicáveis aos investimentos em empresas beneficiárias do investimento	2024		2025	
	Impacto	Cobertura	Impacto	Cobertura
<b>INDICADORES SOBRE O CLIMA E OUTROS INDICADORES RELACIONADOS COM O AMBIENTE</b>				
<b>emissões de gases com efeito de estufa</b>				
Emissões de gases com efeito de estufa	258 232	85%	303 753	92%
emissões de GEE de categoria 1	28 218	85%	28 886	92%
emissões de GEE de categoria 2	2 626	85%	3 872	92%
emissões de GEE de categoria 3	227 425	85%	270 995	92%
Pegada de carbono (ton CO2eq/mEUR investimento no fundo)	1 121	0%	813	83%
Intensidade de emissão de GEE das empresas beneficiárias do investimento (ton CO2eq/mEUR investimento)	891	83%	1 432	91%
Quota parte das atividades no setor dos combustíveis fósseis	27,7%	85%	0,3%	92%
1 Quota-parte do consumo de energias não renováveis	3863,9%	59%	54,6%	88%
2 Quota-parte da produção de energias não renováveis	427,7%	59%	15,8%	81%
<b>biodiversidade</b>				
Atividades com impacto negativo em zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade (% AUMs)	13,37%	85%	10,83%	92%
<b>resíduos</b>				
Rácio de resíduos perigosos e de resíduos radioativos (ton/mEUR investimento)	125	84%	141	91%
<b>INDICADORES RELACIONADOS COM AS QUESTÕES SOCIAIS E LABORAIS, O RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS E A LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO E O SUBORNO</b>				
<b>questões sociais e laborais</b>				
10. Violações dos princípios UN Global Compact e das Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para as Empresas Multinacionais (% AUMs)	0,0%	85%	0,0%	92%
11. Falta de processos e mecanismos de controlo da conformidade com os princípios UNGC ou com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais (% AUMs)	26,2%	85%	8,1%	92%
i. Diversidade de género nos conselhos de administração (% mulheres)	29,4%	79%	34,5%	90%
14. Exposição a armas controversas (minas antipessoais, munições de fragmentação, armas químicas e armas biológicas - % AUMs)	0,0%	85%	0,0%	92%

Indicadores aplicáveis aos investimentos em organizações soberanas e supranacionais	2024		2025	
	Impacto	Cobertura	Impacto	Cobertura
<b>AMBIENTAIS</b>				
i. Intensidade de emissão de GEE (ton CO2eq/mEUR PIB)	9	100%	8	75%
<b>SOCIAIS</b>				
i. Países beneficiários do investimento sujeitos a violações de cariz social	0,0%	100%	0,0%	75%

Quadro 2

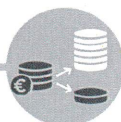
Indicadores adicionais sobre o clima e outros indicadores relacionados com o ambiente

Indicadores aplicáveis aos investimentos em empresas beneficiárias do investimento	2024		2025	
	Impacto	Cobertura	Impacto	Cobertura
<b>emissões</b>				
Investimentos em empresas sem iniciativas de redução das emissões de carbono (% AUMs)	32,3%	85%	14,0%	92%
<b>água, resíduos e emissões materiais</b>				
Investimentos em empresas sem políticas de gestão dos recursos hídricos (% AUMs)	40,6%	85%	67,1%	92%
Investimentos em empresas produtoras de químicos (% AUMs)	0,1%	85%	0,0%	92%
10. Atividades com potencial impacto na degradação dos solos, desertificação, impermeabilização dos solos (%)	2,3%	85%	4,7%	92%
i. Investimentos em empresas sem práticas sustentáveis de exploração dos mares ou dos oceanos (% AUMs)	66,6%	85%	76,8%	92%
i. Resíduos não reciclados (ton/m EUR investimento)	3,3	67%	4,1	81%
i. Atividade com potencial impacto em espécies naturais e áreas protegidas (% AUMs)	2,0%	85%	3,2%	92%
i. Entidades sem políticas de gestão da desflorestação (% AUMs)	45,7%	85%	48,0%	92%
<b>ativos verdes</b>				
ativos sustentáveis do ponto de vista ambiental	6,3%	4%	94,3%	93%
<b>Indicadores aplicáveis aos investimentos em organizações soberanas e supranacionais</b>				
<b>ativos verdes</b>				
17. Quota-parte das obrigações que não são emitidas ao abrigo da legislação da UE relativa às obrigações	4,7%	100%	4,1%	100%

Quadro 3

Indicadores adicionais relacionados com as questões sociais e laborais, o respeito pelos direitos humanos e a luta contra a corrupção e o suborno

Indicadores aplicáveis aos investimentos em empresas beneficiárias do investimento	2024		2025	
	Impacto	Cobertura	Impacto	Cobertura
<b>Questões sociais e laborais</b>				
1. Investimentos em empresas sem políticas de prevenção de acidentes no trabalho (% AUMs)	12,7%	85%	11,9%	92%
4. Ausência de código de conduta de fornecedor (% AUMs)	0,1%	85%	0,0%	92%
5. Ausência de mecanismos de tratamento de queixas/reclamações relacionadas com questões laborais (%)	82,7%	85%	90,2%	92%
6. Proteção insuficiente dos autores de denúncias (% AUMs)	0,0%	85%	0,3%	92%
7. Numero de incidentes de discriminação	0	85%	0	92%
7. Numero de incidentes de discriminação que resultaram na aplicação de sanções	0	85%	0	92%
<b>Direitos humanos</b>				
9. Ausência de política de direitos humanos (% AUMs)	0,5%	85%	0,3%	92%
10. Ausência de diligência devida (% AUMs)	20,7%	85%	2,6%	92%
11. Ausência de processos e medidas de prevenção do tráfico de seres humanos (% AUMs)	0,5%	85%	0,3%	92%
12. Operações e fornecedores com um risco significativo de utilização de trabalho infantil (% AUMs)	0,1%	85%	0,0%	92%
13. Operações e fornecedores com um risco significativo de utilização de trabalho forçado o (% AUMs)u	0,9%	85%	1,4%	92%
14. Número de casos identificados de problemas e incidentes graves de desrespeito dos direitos humanos	0	85%	0	92%
<b>Luta contra a corrupção e o suborno</b>				
15. Ausência de políticas de luta contra a corrupção e o suborno (% AUMs)	0,0%	85%	0,0%	92%
16. Casos de medidas insuficientes de combate a violações das normas contra a corrupção e o suborno (% AUMs)	0,1%	85%	0,0%	92%
17. Número de condenações por infrações das leis de combate à corrupção e ao suborno	0	85%	0	92%
17. Multas aplicadas por infrações das leis de combate à corrupção e ao suborno	0	85%	0	92%
Indicadores aplicáveis aos investimentos em organizações soberanas e supranacionais	2024		2025	
	Impacto	Cobertura	Impacto	Cobertura
<b>Sociais</b>				
18. Pontuação média das desigualdades de rendimento	0,5	100%	0,8	75%
19. Pontuação média em termos de liberdade de expressão	5,8	100%	10,0	75%
<b>Direitos humanos</b>				
20. Desempenho médio em matéria de direitos humanos	5,8	100%	10,1	75%
<b>Governance</b>				
21. Pontuação média em termos de corrupção	5,5	100%	9,6	75%
22. Jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais	0,0%	100%	0,0%	75%
23. Pontuação média em termos de estabilidade política	6,1	100%	10,7	75%
24. Pontuação média em termos de aplicação do Estado de direito	5,2	100%	9,1	75%



Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

A lista inclui os investimentos que constituem **os maiores investimentos** efetuados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 01/01/2025 a 31/12/2025.

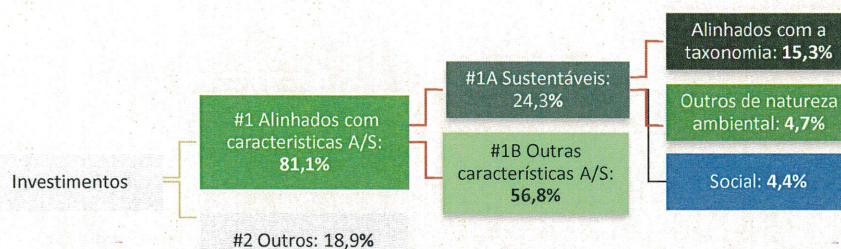
Investimentos mais avultados	Setor	País	% de ativos
B.Comercial Português-Nom.	Banks	Portugal	9,81%
Jerónimo Martins,SGPS,S.A.	Food Retailers	Portugal	9,80%
GALP Energia SGPS SA-B Shrs	Oil & Gas Producers	Portugal	9,77%
EUR - Banco Comercial Português	Liquidez	Portugal	7,75%
EDP Renovaveis SA	Utilities	Espanha	6,24%
IMGA Money Market - CAT I	Unidades de Participação		6,02%



## Qual foi a proporção de investimentos relacionados com a sustentabilidade?

### Qual foi a alocação dos ativos?

A alocação dos ativos descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.



**#1 Alinhados com características A/S** inclui os investimentos do produto financeiro utilizados para alcançar as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

**#2 Outros** inclui os restantes investimentos do produto financeiro, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

A categoria **#1 Alinhados com características A/S** abrange:

- A subcategoria **#1A Sustentáveis** abrange os investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais.

- A subcategoria **#1B Outras características A/S** abrange os investimentos alinhados com características ambientais ou sociais que não são qualificados como investimentos sustentáveis.

Valores em percentagem do ativo do Fundo

### Em que setores económicos foram realizados investimentos?

Para cumprir a taxonomia da EU, os critérios aplicáveis ao **gás fóssil** incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis

hipocarbónicos até ao final de 2035. No que respeita à **energia nuclear**, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão de resíduos.

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outras, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.

Setor	Subsetor	% Ativo
Utilities	Electric Utilities	6,9%
	Renewable Power Production	6,2%
	Multi-Utilities	3,7%
	Independent Power Production and Traders	0,9%
Banks	Diversified Banks	12,9%
	Regional Banks	1,9%
Food Retailers	Food Retail	14,5%
Liquidez	Liquidez	10,3%
Oil & Gas Producers	Integrated Oil & Gas	9,8%
Paper & Forestry	Paper and Pulp	7,2%
Unidades de Participação	Unidades de Participação	6,0%
Telecommunication Services	Telecommunication Services	4,7%
Transportation	Air Freight and Logistics	4,6%
Construction & Engineering	Non-Residential Construction	4,6%
Sovereign	Sovereign	3,1%
Insurance	Property and Casualty Insurance	1,1%
Containers & Packaging	Paper Packaging	0,9%
Retailing	Retail Apparel	0,8%
Consumer Services	Restaurants	0,4%
Software & Services	IT Consulting	0,1%



## Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

- **O produto financeiro investiu em atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou a energia nuclear que cumpram a taxonomia da UE<sup>1</sup>?**

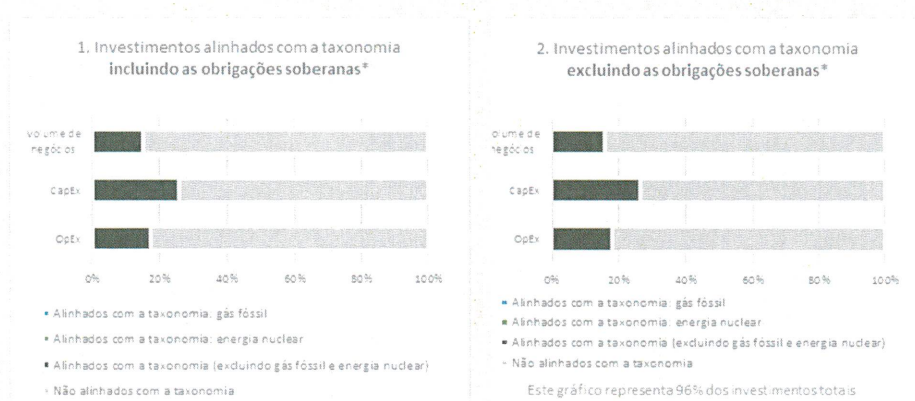
As atividades alinhadas pela taxonomia são expressas em percentagem do seguinte:

- **Volume de negócios**, refletindo a percentagem das receitas provenientes das atividades ecológicas das sociedades beneficiárias do investimento;
- **Despesas de capital (CapEx)**, demonstrando os investimentos ecológicos realizados pelas empresas beneficiárias do investimento, por ex. com vista à transição para uma economia verde;
- **Despesas operacionais (OpEx)**, refletindo as atividades operacionais ecológicas das empresas beneficiárias do investimento.

Sim:  Gás fóssil  Energia nuclear

Não

**Quando aplicável, os dois gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem mínima de investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento pela taxonomia das obrigações soberanas\*, o primeiro gráfico mostra o alinhamento com a taxonomia a respeito de todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento pela taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.**



\* Para efeitos destes gráficos, as «obrigações soberanas» devem entender-se todas as exposições soberanas.

- **Qual foi a percentagem de investimentos em atividades de transição e capacitantes?**

Cerca de 81,6% dos investimentos em carteira reportavam dados ao abrigo da Taxonomia EU no final do ano. Destes 15,3% das vendas médias derivaram de atividades alinhadas com a taxonomia EU, sendo que 9,5% respeitava a operações próprias, 5,4% a atividades capacitantes e os restantes 0,3% não divulgam dados suficientes relativos à origem deste alinhamento.

- **Comparar a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da EU com os investimentos realizados em períodos de referência anteriores?**

Verificou-se um acréscimo da percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia, de 14,1% no final de 2024 para 15,3% em 2025, tendo a percentagem de entidades a reportar dados ao abrigo deste regulamentação aumentado de 62,8% para 81,6%.

<sup>1</sup> As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da EU se contribuírem para limitar as alterações climáticas (“mitigação das alterações climáticas”) e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia EU – ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da EU são definidos no Regulamento Delegado (EU) 2022/1214 da Comissão.



São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não têm em conta os critérios aplicáveis as atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (EU) 2020/852.



#### Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

Conforme disposto no gráfico acima, onde é apresentada a alocação de ativos, da totalidade de investimentos considerados sustentáveis (24,3%), 4,7% foram considerados sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da EU.



#### Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

Conforme disposto no gráfico acima, onde é apresentada a alocação de ativos, 24,3% dos investimentos do Fundo são considerados investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais. Destes 4,4% são considerados sustentáveis do ponto de vista social.



#### Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

Os investimentos na categoria “Outros” incluem depósitos e ações de empresas de diversos setores de atividade não qualificadas como alinhadas com características A/S ou sem dados disponíveis que permitam a sua avaliação em termos ESG. Estes investimentos têm como finalidade a diversificação da carteira de ativos e a gestão de liquidez.

A verificação do cumprimento das salvaguardas mínimas está presente na metodologia da sociedade gestora para avaliação de cada entidade. Esta monitorização é tida em conta aquando da avaliação ao nível do rating ESG, que inclui para além do comportamento de diversos indicadores ambientais e sociais, uma análise ao governo de cada entidade.

É ainda verificado o cumprimento das normas e princípios internacionais, nomeadamente as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e os princípios do UN Global Compact. Neste sentido, não foram detetadas situações de non-compliance com os standards globais de sustentabilidade, nomeadamente com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos ou com os princípios do UN Global Compact, nem existiam situações em acompanhamento relativamente a potenciais situações de incumprimento.

Para além disso estão excluídas do universo de investimento entidades que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos como Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco.



#### Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

Durante o último ano, o Fundo procurou incrementar o seu nível de investimento em empresas de emitentes com notações de rating ESG favoráveis, de forma a melhorar o nível de rating ESG Global do Fundo. Foi dada ainda especial atenção a eventuais controvérsias a que os emitentes pudessem estar expostos e ao cumprimento das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

Não foram ainda realizados quaisquer novos investimentos em setores considerados controversos, nomeadamente em empresas que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos, nomeadamente jogo, armas controversas, tabaco e carvão térmico.





i m | g | a |

## Relatório de Auditoria

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

## Relatório de auditoria

### Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Ações Portugal - Fundo de Investimento Aberto de Ações (o «OIC») sob gestão da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. («Entidade Gestora»), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 419 043 990 euros e um total de capital do OIC de 418 141 802 euros, incluindo um resultado líquido de 89 010 713 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Divulgações anexas às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Ações Portugal - Fundo de Investimento Aberto de Ações, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime de Ativos.



## **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

### **Sobre o Relatório de gestão**

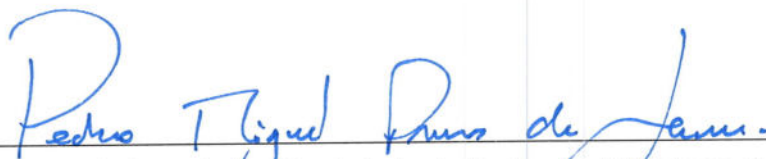
Em nossa opinião, o Relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos**

Nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime de Gestão de Ativos, devemos pronunciar-nos sobre o cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação dos ativos que integram o património do OIC.

Sobre a matéria indicada não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 29 de abril de 2026



---

**Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A**

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com o n.º 20190019)